

## PEQUENO EXPEDIENTE

### (ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos reabrir a sessão, eu vou então declarar encerrada a sessão anterior e vou abrir uma nova sessão. Então, vamos abrir uma nova sessão já.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta esta sessão ordinária.

### (PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Convido o Deputado Barranco para assumir a 2ª Secretaria e o Deputado Delegado Claudinei para assumir a 1ª Secretaria. (OS SRS. DEPUTADOS DELEGADO CLAUDINEI E VALDIR BARRANCO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu peço ao Deputado Valdir Barranco para fazer a leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2022, ÀS 10H42MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (VALDIR BARRANCO) - Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Valdir Barranco, pela leitura da Ata.

Eu coloco a Ata em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam a Ata permaneçam como se estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

### (PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Peço ao Deputado Delegado Claudinei para fazer a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (DELEGADO CLAUDINEI) - Senhor Presidente, não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Delegado Claudinei.

### (SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

(NÃO HOUVE)

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM – <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&sesaoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=8038&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search=>)

**GRANDE EXPEDIENTE**  
(NÃO HOUVE)

**ORDEM DO DIA**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu gostaria que os Deputados pudessem abrir mão da segunda parte do Pequeno Expediente para nós irmos direto para a Ordem do Dia. Todos concordam? Então, vamos para a Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 956/2022 (EM 2ª VOTAÇÃO), Mensagem nº 180/2022, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que cria o Fundo de Transportes e Habitação - Fethab, revoga dispositivo da Lei nº 10.819, de 28 de janeiro de 2019, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, bem como da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Substitutivo Integral nº 03 e pela prejudicialidade dos Substitutivos Integrais nº 01 e 02 e das Emendas nº 01 e 02.

Para discutir, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MOARES - Presidente, faço uso da tribuna hoje para manifestar primeiro o meu descontentamento e a minha indignação, porque o Governo do Estado envia para esta Casa Legislativa, no atropelo, dois novos tributos: tributo em cima da mineração e uma renovação em cima do agro novamente, com o Fethab.

Primeiro vou manifestar meu voto contra, uma vez que nós deixamos aí os aposentados com as suas aposentadorias confiscadas, estamos criando novos tributos, e posteriormente a esse projeto para ser votado, vai ter um projeto que aumenta vantagens pessoais para secretários de Estado e para os outros cargos do grande escalão. Ou seja, marajás do governo terão suas verbas aumentadas, enquanto temos aposentados com aposentadorias confiscadas e aumento de tributos para a classe produtiva, produtores rurais e mineradores também vendo o seu dinheiro sair do seu bolso e ir para o estado. E muitos desses, inclusive, ajudam a financiar a assistência social em seus municípios e vão ter que agora entregar de mão beijada para o estado, enquanto o estado não pensa em ajudar o social, na verdade só ajuda aqueles que estão próximos dele, como a gente vai ver no projeto a seguir.

Mas eu gostaria, Presidente, de pedir destaque dentro do Fethab de uma emenda minha que provavelmente deve ter sido prejudicada aqui. E esta emenda cria, ela diminui o prazo de validade desta nova cobrança, ela diminui o prazo de validade para dois anos. É preciso que esta Assembleia revise isso a um período menor do que está sendo proposto pelo governo. Por qual motivo? Bom, nós sabemos que a cada momento... viemos atravessando por pandemias, viemos atravessando por guerras e nada mais justo que a Assembleia Legislativa, enquanto representante do povo, possa num período mais curto revisar determinadas taxações. O Fethab, que era para ser uma contribuição provisória, acaba sendo renovado, renovado, renovado, e na verdade parece-me que já definitivo. Então, coloco aqui esse prazo de dois anos, e no momento oportuno pedirei o apoio dos colegas para a votação em destaque dessa emenda para reduzirmos o prazo de quatro para dois anos aqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Lúdio Cabral.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom, eu já manifestei isso aqui em outras ocasiões, e eu queria retomar esse debate, que é o debate de fundo. Qual é a razão da existência dessa contribuição ao Fethab? Por que que ela existe? Ela existe porque nós temos um sistema tributário que é absolutamente injusto. Todo trabalhador que vive em Mato Grosso paga no mínimo 17% de ICMS em tudo o que consome, na telefonia, na energia elétrica, no supermercado, na farmácia, quando vai comprar um medicamento, numa loja, quando adquire um calçado, no mínimo 17%. E alguns setores econômicos em Mato Grosso e no Brasil não pagam imposto. Existe uma lei federal chamada Lei Kandir, que tem que deixar de existir, porque ela já perdeu a razão de existir. É uma lei de 1996, que isentava tudo o que fosse exportado no nosso país de qualquer tipo de imposto, inclusive a produção primária, o que é um incentivo à desindustrialização do nosso país, um processo que aconteceu após o advento da Lei Kandir.

Mato Grosso tem uma economia, tem um PIB, fortemente atrelado à produção de *commodities*, que não pagam um centavo de qualquer tipo de imposto, volto a dizer, em mais de 80% daquilo que se produz, daquilo que fatura; e, em 2018, eram 140 bilhões de faturamento no estado isentos de impostos.

Mas não bastasse a Lei Kandir, Mato Grosso também tem uma política injusta de renúncias fiscais, que quando nasceu tinha razão de existir e que também agora não tem mais. Porque são mais de duas décadas da existência dessa política de renúncias fiscais e de isenções de impostos, que, por exemplo, faz Mato Grosso deixar de arrecadar, só com a comercialização de agrotóxicos, um bilhão de reais/ano, que são dois orçamentos da Unemat; que é quase metade do orçamento da saúde; que é 1/3 do orçamento da educação estadual, só com a isenção de impostos para a comercialização de veneno, de agrotóxicos. (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos.

O SR. LÚDIO CABRAL - O Fethab nasceu como um remendo para tentar arrecadar daquilo que é isento por essa lógica federal, a Lei Kandir, e pelas renúncias de ICMS no estado. Não deveria existir Fethab. Agora, os setores econômicos que são isentos de ICMS deveriam pagar ICMS da mesma forma que qualquer trabalhador em Mato Grosso paga, no mínimo 17%. Não tem sentido a soja ser completamente isenta de qualquer imposto naquilo que é exportado; não tem sentido a soja e o algodão pagarem menos de 3% de ICMS naquilo que é comercializado no mercado interno, para usar apenas esse exemplo, o da soja e do algodão, enquanto toda a população paga 17%.

Ora, se esses setores econômicos pagassem um ICMS justo, não haveria razão para a existência de Fethab. E eu volto a dizer, o imposto tem vinculação constitucional na educação, na saúde, ele tem que ser distribuído para os municípios, os 25%.

E o Fethab, da forma como a lei está hoje, e aí eu quero pedir destaque e defender a emenda que eu apresentei, a distribuição dos recursos do Fethab tem que manter o mesmo critério de distribuição que existe hoje, 50% dele o governo destina para a saúde, para a educação, para a agricultura familiar, para a assistência social e para as muitas áreas da política pública que nós Deputados, quando votamos os orçamentos, podemos estabelecer esse critério de distribuição, e não amarrar da forma como está amarrada algo que... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Um minuto para o Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL - E não amarrar, só para concluir, Botelho, e não amarrar a arrecadação do Fethab... ela ser destinada apenas para esta ou aquela finalidade, vincular 80% dessa arrecadação, que eu volto a dizer, deveria ser arrecadação de ICMS para ser distribuído de forma justa em todas as políticas públicas, amarra 80% dela à infraestrutura... Os esforços aqui do Parlamento para vincular 20% para habitação, esse debate sobre a destinação dos 20%, que seriam 10% para a assistência social e 10% para outra finalidade, é um debate que é justo dentro dessa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

lógica em que a gente está trabalhando, que é uma lógica que limita e que não resolve o problema de fundo, que é o da injustiça tributária.

Então, eu estou defendendo por meio da minha emenda que se mantenham os critérios hoje, 50%, e pode ser aplicado... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - ...em todas as políticas.

Só para corroborar com o Deputado Lúdio, eu só concordo com uma coisa. Deputado, a Lei Kandir já cumpriu o papel dela. Então, talvez precisasse na verdade rever a Lei Kandir. Mas o Fethab, enquanto não for revista a Lei Kandir, o Fethab está fazendo o seu papel aqui para investimento na infraestrutura.

Deputado...

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Questão de ordem, Presidente, então.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Espera aí... O Ulysses que pediu primeiro.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Já falou.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ah, já falou... Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Em questão de ordem, só vou pedir o seguinte: vamos votar o projeto. Porque já está pedindo destaque, e aí já veio falar sobre contribuição tributária aqui. Quer dizer... ou votamos o projeto e depois discutimos, ou falamos sobre tributos. Porque hoje 67% da carga tributária que o setor produtivo do Estado de Mato Grosso gera... é em todas as cadeias, você vai em qualquer cidade que tem o setor do agronegócio, e o agronegócio é um contexto geral, o agronegócio é tudo que envolve: produtor, o combustível, você vai em revenda de pneus, em revenda de automóveis, hotéis, restaurante, o setor produtivo do estado é que movimentava este Mato Grosso. O setor produtivo, inclusive o garimpeiro que está aqui de Peixoto é do setor produtivo do Estado de Mato Grosso, até porque a exploração é na área agrícola.

Então, nós estamos... ou vamos tratar sobre o projeto, Presidente, a votação do projeto, depois destaque de emendas, e se é para conversar tributos, nós vamos trabalhar no tributo aqui, que eu estou preparado para isso também!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Calma! Mas nós estamos na discussão do projeto ainda.

Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Botelho, eu vou pedir licença para falar sem o vídeo aqui, porque o meu sinal está ruim.

Só para corrigir algumas inverdades, antes que alguns transmitam a sua ignorância para o povo. A eleição já acabou, gente, vocês já se reelegeram, Deputados, não precisam mais falar que o Agro não paga imposto, é só verificar que o IPI, ITR, Fethab... nós temos um monte de impostos aí, tem área que paga ISS, paga tudo, são pelo menos sete impostos. E o nosso Fethab, aí nós temos que botar no papel, é a primeira vez na história que o dinheiro está voltando em obras.

Então, é bom ter respeito e falar para o produtor rural... inclusive eu não estou aqui para defender, não sou líder de governo, mas é a primeira vez na história que o Fethab está voltando em estradas e pontes, o que mais traz desenvolvimento para o estado é estradas e pontes. Leva aluno, leva paciente, então vamos parar de desvirtuar o que é realmente esse fundo, e vamos nos concentrar na aprovação.

Depois de cinco anos, nós vamos retomar as obras da BR-163, graças ao Fethab, tem gente que ainda não quer ajudar. Quase mil pessoas perderam as vidas por corrupção de pilantras do PT que ficaram três, quatro mandatos, mentindo, e ainda vem com essas conversas. Gente, dá nojo falar de política, final de ano, já acabou a eleição, gente! Vamos parar de querer

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

enrolar o povo! Falar em Lei Kandir, gente! Em lugar nenhum do mundo se exporta imposto. Isso é ignorância, é ignorância política! A gente paga para produzir aos montes, o Brasil tem a maior carga tributária, paga-se para produzir soja, são bilhões de reais que se paga neste estado.

Então, paga imposto, mas não exporta, nós somos um estado exportador. Mais de um bilhão de pessoas comem no mundo graças à produção brasileira que tem competitividade. Vocês querem botar ICMS na exportação para quê? Para fechar as nossas exportações? Para quê? E aí quebra tudo! Quem vai pagar o salário dos Deputados, quem vai pagar os servidores? Isso é ignorância, gente! Chega desse discursinho de lenga-lenga, estou cansado de ouvir isso, gente, quatro anos. Já acabou a eleição, agora, vamos falar a verdade, vamos fazer gestão pública, o dinheiro não pode ser desviado em corrupção e ladroagem! Em obra, isso está acontecendo... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado Xuxu.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Obrigado, Presidente Botelho.

O dinheiro não está sendo desviado, vamos fazer a BR-163, a BR-174, pela primeira vez. Eu converso com produtor, eu pago Fethab. Então, vamos parar com isso, o que nós não podemos é desviar o dinheiro, se voltar em obra, se voltar em qualidade de vida, em mais hospital, porque daí sobra na Fonte 100. Então, é isso que eu quero pedir para vocês, os garimpeiros vão pagar imposto, mas pagar o que é justo, uma UPF justa. Todo mundo aqui pagando um pouquinho, é bom para todo mundo.

E eu encerro aqui falando que o etanol não pagava nada, porque não existia, depois que criamos o incentivo, paga-se mais de um bilhão. Então, tem mais gente aí falando que não pode dar incentivo. O que não pode é roubar, corrupção, isso, sim, que mata. Incentivo, boa gestão, cobrar as coisas dentro da lei e devolver em obra, serviços de qualidade, todo mundo aceita, o resto é politicagem... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. WILSON SANTOS - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir... a vez é da Deputada Janaina, se ela ceder a vez para o senhor... Vai transferir. Wilson, a Deputada Janaina cedeu. (PAUSA)

Deputada Janaina Riva.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Eu não iria falar, mas o Deputado Wilson falou que o critério era beleza, então, entre mim e o Deputado Wilson, acho que primeiro sou eu.

Bom, Presidente, eu só queria dizer o seguinte: o Deputado Xuxu, quando ele fala no discurso dele que pela primeira vez o estado está investindo o recurso do Fethab, em sua integralidade, aliás, mais do que sua integralidade, quase o dobro, em obras para quem produz, isso é verídico. Hoje nós temos investimentos na Secretaria de Infraestrutura que superam a casa dos seis bilhões de reais, que é mais que o dobro hoje do Fethab recolhido no Estado de Mato Grosso. E isso, para a Assembleia, é motivo de muita satisfação.

Além disso, nós temos a BR-163, que será duplicada com o investimento do Fethab, 10% do Fethab que está sendo votado hoje serão direcionados para a BR-163, para que seja feita, Deputado Cattani, a sua duplicação. Uma estrada que Vossa Excelência já usou muitas vezes.

E eu discordo quando diz que o setor não paga imposto, que quem produz não paga imposto, isso é inverídico. Além do mais, o Fethab era para ter sido provisório, ou seja, já era para a gente estar discutindo uma forma de se fazer, me desculpe, com o perdão da expressão, um desmame do Fethab, para que no futuro a gente não tenha tantos fundos em Mato Grosso. A gente já viu que isso não dá certo, e está caro para o bolso de quem produz, sim. É uma opção a vida no

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

campo, e não é para qualquer um, tem que ter aptidão, tem que se dedicar. Então, assim, o meu respeito a quem produz.

E fica aqui registrado que, em minha opinião, nós temos que votar o Fethab, aprovar o destaque do Deputado Ulysses, só para dois anos, e depois começar a se cogitar e encerrar a contribuição de impostos via Fethab, via fundos, isso aí uma hora tem que acabar.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, apenas para fazer algumas observações.

Primeiro, senhor Presidente, há 22 anos neste estado, nenhum governador conseguiu criar uma nova fonte de arrecadação para Mato Grosso. O Fethab é a última engenharia de arrecadação feita pelo genial governador Dante Martins de Oliveira.

Parabéns também ao Parlamento que amarra, Deputado Cattani, a necessidade periódica desse assunto voltar a esta Casa. As coisas mudam muito, a economia mundial, nacional, regional passa por profundas transformações, e nada mais justo que o Parlamento que aprovou essa lei, em dezembro de 2000, possa periodicamente reavaliá-la. O Fethab é a última fonte inteligente de arrecadação.

Se a Lei Kandir vai ser mantida ou não, isso é um assunto que não compete a este Parlamento. Quem vai tratar dessa matéria é o Congresso Nacional. E o Congresso Nacional deve tratar esse assunto sob a ótica de uma reforma tributária cantada e decantada há décadas no Brasil e que não acontece nunca. Entra governo e sai governo, ninguém consegue fazer a reforma tributária. Vivemos de puxadinhos, de decisões pontuais, muitas vezes casuísticas.

Vou votar SIM, e lamento aqui, prefeito Tatá, a desmobilização, a desmobilização dos prefeitos de Mato Grosso. Se eu não estiver equivocado, somente o senhor, de 141 prefeitos, encontra-se presente aqui. Querem os 100% do Fethab combustível, mas querem lá das suas cadeiras, dos seus gabinetes com ar-condicionado, ninguém veio aqui procurar os Deputados, debater com os Deputados, marcar presença nessa galeria. Este espaço aqui é democrático para que qualquer cidadão, qualquer cidadã, possa aqui trazer as suas angústias, os seus pleitos que serão tratados de forma respeitosa, aprovados ou não, mas serão tratados. Somente Vossa Excelência se apresenta aqui. Cadê os outros prefeitos? Tem mais dois, três, quatro, cinco, seis... não tem dez, de 141 prefeitos, tem aqui dez prefeitos.

Fica aqui esse puxão de orelha na entidade que não fez a mobilização correta. E está aí, ó, eu voto com os municípios, voto, fui prefeito... (TEMPO ESGOTADO)

(O SR. WILSON SANTOS GESTICULA PARA O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - O que é isso? O senhor está pedindo tudo de uma vez? (RISOS) Mais dois minutos para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado, Presidente, obrigado pela sua generosidade.

Eu sei o que é administrar um município, a angústia de um prefeito, a angústia de uma prefeita. Mais de 70% dos direitos do cidadão no município são tarefas do prefeito, da municipalidade, não é do Estado, e não é da União. É lá que ele mora, é lá que ele tem CEP, que ele recebe a sua carta, o seu telegrama, que ele paga os impostos, que ele gera a economia, é ali. E, no pacto federativo, menos de 20% ficam para os municípios, mais de 60% com a União. É um crime a distribuição da receita nacional, é um crime.

Seria muito importante nesta tarde/noite a vitória do municipalismo, mas pelo que eu vejo vamos ser derrotados aqui, e uma das razões foi a desorganização das lideranças municipalistas. Lamento muito isso, mas vou votar com os municípios, vou votar com a proposta de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

garantir 100% do Fethab combustível, claro, tirando os 10% que serão destinados à agricultura familiar, e os 17,5% que vão para os Poderes, então, ficariam com 72,5%. Vai ser uma derrota histórica para quem faz o dia a dia da municipalidade, que constrói a ponte, que refaz a ponte, que faz o quebra-molas, que põe a iluminação, que mantém a merenda escolar, que cuida do cemitério, que tem que garantir 25% para a educação, que tem unidade do posto de saúde da família, do médico, que se não pagar trinta, quarenta mil, não vai! O município precisa de dinheiro!

E encerro dizendo, Presidente, que nos países desenvolvidos, 50%, no mínimo, da receita nacional... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, colegas Deputados, como é de conhecimento de todos, quando o cidadão paga um imposto, compra uma mercadoria, ele paga um ICMS, esse recurso vai para a Fonte 100. E a Fonte 100 é para custear despesas de saúde, de educação, da agricultura familiar. E quando se criou a Lei Kandir, isentando o pagamento da exportação de *commodities*, acaba tirando recursos também dessas áreas. É por isso que eu acho justo, sim, a cobrança do Fethab para corrigir essa questão da Lei Kandir, senhor Presidente, e eu concordo com o senhor que a Lei Kandir precisa ser revista, isso a gente tem cobrado desde o início desta legislatura, porém não depende apenas de nós, depende do Congresso Nacional.

E eu defendo, sim, que parte desses recursos do Fethab continue para a infraestrutura, que é importantíssimo, que avançou muito a construção de pontes, de estradas no nosso estado, e isso impacta diretamente na geração de empregos, mas eu defendo que parte do Fethab tem que ser aplicado na agricultura, na educação, na assistência social. Porque, quando foi criada a Lei Kandir, isentando o ICMS de exportação, esse recurso poderia estar indo para a Fonte 100 para ajudar os municípios na aplicação desses recursos para melhorar a saúde, a educação e o social.

Só para deixar aí o meu posicionamento.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Thiago Silva, terminou?

O SR. THIAGO SILVA - Sim, *ok.*

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Nobre Deputado Botelho, nobres Deputados, imprensa, e a população que nos acompanha pela rádio e TV Assembleia. A discussão com relação ao bolo tributário, e a gente sempre tem acompanhado, principalmente com relação à esfera federal... E a gente tem que fazer um pacto federativo, tem que fazer uma reforma tributária urgente. Não dá mais para a gente ter essa concentração de renda do bolo tributário na esfera federal, na esfera estadual e na esfera municipal. A gente precisa mudar definitivamente, nós precisamos pressionar os nossos parlamentares na esfera federal, nós precisamos urgentemente criar uma onda positiva no Brasil para rever urgentemente o pacto federativo, porque todas as políticas que eventualmente são publicadas em nível de Brasil, de saúde pública, de educação, quase todas elas, a mão maior é sobre o município.

Eu fiz um compromisso com os prefeitos, também, de apoiar as emendas que dividem o bolo dessa arrecadação, para que os municípios possam ter condições também de realizar essas ações, principalmente as ações envolvendo infraestrutura dentro dos seus municípios. E nós temos municípios gigantescos, Colniza, Aripuanã, Apiacás e outros municípios que têm extensas estradas que pertencem ali à gestão do município.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Agora, há também aqui de se fazer um reconhecimento público ao Governo do Estado de Mato Grosso, à Secretaria de Obras, através do seu secretário Marcelo Padeiro. Nunca se investiu tanto recurso financeiro da Fonte 100 aos municípios do Estado de Mato Grosso, todos os municípios do Estado de Mato Grosso fizeram convênios milionários com o Governo do Estado de Mato Grosso. Eu tenho certeza de que voltou muito mais aos municípios daquilo que foi arrecadado com o Fethab, todos os municípios do Estado de Mato Grosso.

Um agradecimento especial ao governador Mauro Mendes, ao secretário Marcelo Padeiro.

Sem o Fethab, o Estado de Mato Grosso não vive, isso já incorporou dentro do orçamento, dentro da despesa, dentro do custo do Estado de Mato Grosso. É lógico que eu sou a favor também do Fethab, como sou a favor também da taxa em cima da mineração, daquilo que for justo. Como defendo também que parte desses recursos financeiros sejam direcionados aos municípios. Nós fizemos essa discussão anterior junto aos Deputados, nós precisamos fazer essa discussão no plenário.

Eu apoio, sim, o pedido dos prefeitos, e um reconhecimento especial ao Neurilan. O Neurilan é um cara diferenciado... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado Paulo.

O SR. PAULO ARAÚJO - O presidente da AMM, Neurilan, nosso amigo, nosso companheiro, é um grande líder, é um grande líder. Fez as articulações, sim, junto aos prefeitos. Aqueles Deputados que normalmente têm apoio dos prefeitos, com certeza, foram acionados. O Deputado Max tem uma quantidade enorme de prefeitos, como a Deputada Janaina também tem, como o Deputado Botelho também tem, como outros Deputados que tiveram o apoio de vários prefeitos, Deputado Nininho, também, com muitos apoios de prefeitos, como eu tive, como outros tiveram. As articulações, lógico, foram em cima desses Deputados que tiveram apoio considerável de prefeitos. O presidente Neurilan foi gabinete por gabinete, conversou conosco, conversou comigo, conversou com o Deputado Wilson, conversou com o Presidente Botelho, com certeza, conversou também com o Deputado Max, na expectativa... Mas a gente sabe que a Casa aqui é uma maioria alinhada, é base do governo. E essas demandas têm que ser costuradas com o governo. O nosso... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado Paulo terminar.

O SR. PAULO ARAÚJO - ...Propor as emendas, se não for articulado com o Governo do Estado de Mato Grosso, a gente sabe disso. O que vai acontecer o ano que vem, caso não seja feita a repartição dos recursos financeiros aos municípios, novamente é uma romaria dos prefeitos nas secretarias do Estado de Mato Grosso, aos gabinetes dos Deputados, é isso que vai acontecer. E é isso que a gente precisa discutir e rediscutir com os Deputados e com o governo, lógico. Nós precisamos do apoio do governo para poder fazer aquele acordo, aquelas demandas que os municípios querem, que é uma parte da distribuição desses recursos financeiros que serão arrecadados também com a taxa da mineração.

Então, só para resumir, sou a favor do Fethab, também sou a favor da taxa de mineração, mas desde que uma parte desse recurso financeiro da mineração seja distribuída aos municípios. E do Fethab, logicamente, eu queria uma parcela desse recurso para a saúde pública, mas concordo que seja para o social, concordo que seja para a moradia, concordo que seja para a área de infraestrutura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*, Deputado Paulo Araújo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Eu concordo com o senhor, sim, Deputado, não pode dizer que Neurilan não veio aqui, não correu atrás, ele correu, sim, isso é verdade, é fato, nós temos que fazer justiça, ele estava aí brigando, lutando.

Então, encerrada a discussão. Vamos para a votação. Aqueles que aprovam o parecer da comissão que...

(A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu vou votar depois... Depois, eu vou votar os destaques nº 01 e 02.

Aqueles que aprovam o parecer da comissão que aceitou o substitutivo integral e rejeitou as Emendas nº 01 e 02 permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Um voto do Ulysses, contrário; um voto do Wilson, contrário; um voto do Oscar, contrário... um... Espera aí, nós estamos votando o Fethab. Vocês são contra o Fethab? (RISOS) Tem que deixar bem claro. Não é a emenda ainda.

Então, um, dois... Lúdio? Contrário, três; Cattani, contrário, quatro. Então, com voto contrário de Ulysses, Claudinei, Lúdio e Cattani, está aprovado o projeto. Vai ao expediente.

Vamos aqui às emendas... destaque... a Emenda nº 01, apresentada pelo Deputado Ulysses Moraes. Fica revogado o parágrafo 3º do artigo 7º D-1 da Lei nº 7.273, de 27 de março de 2000... E ele está mudando a vigência do Fethab, colocou aqui no parágrafo 3º... Fica assim: a contribuição adicional ao Fethab de que trata este artigo vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Deputado Dilmar Dal Bosco, o senhor venha para cá... Porque ele pediu para eu avisar - Ah, ele está aqui - a hora que estivesse votando os destaques.

Então, para discutir, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, o que visa essa emenda, falo aqui como um deputado advogado. Eu gostaria de fazer uma breve comparação com o casamento, sou um defensor do casamento, da família tradicional e do vínculo eterno. E a Igreja Católica, por exemplo, até hoje não reconhece a dissolução do casamento. E quando a gente nasce, a gente casa automaticamente com o estado. Durante muitos anos, o divórcio não era permitido, e o divórcio foi começar a ser permitido, Presidente, no Brasil, em 1977. Antes, nós só tínhamos o instituto de desquite. Ou seja, aqueles que casavam e, porventura, não queriam mais viver juntos, eles tinham que se desquitarem e não podiam contrair outras relações.

O Fethab, no Estado de Mato Grosso, assemelha-se a um desquite. Tentamos nos separar dele, tentamos romper esse vínculo, mas a vida inteira continua sendo renovado, sem poder contrair novos vínculos.

O que eu quero aqui, Presidente, é transformar e legalizar o divórcio do Fethab. Mas legalizar o divórcio de uma maneira certa, correta. Antes, o governo trouxe o projeto, sem a possibilidade de nos separarmos dele. E, agora, trago essa emenda que reduz de quatro anos para dois anos, para que, em dois anos, a gente possa rever essa questão. Estamos falando de quase três bilhões de arrecadação, não se trata de uma pequena coisa, não se trata de um casamento simples, e por mais que não gostemos do estado, esse vínculo é eterno.

Então, trago aqui a possibilidade de revermos os nossos votos. Então, peço para que vocês votem comigo e que a gente possa reduzir para dois anos. Eu peço o apoio dos colegas, peço o apoio do Deputado Xuxu Dal Molin, Deputado Cattani, Dr. João, Deputada Janaina, Deputado Eugênio, Elizeu, Oscar, Deputado Sebastião, Wilson Santos, e todos aqueles aqui, para que a gente possa reduzir esse prazo para dois anos, para que a Assembleia possa rever, tendo em vista que está tratando de *commodities*. E *commodities* podem, ao tempo todo, serem revistas, ou seja, podem oscilar, o mercado pode balançar. Enfim, acho que nada mais justo do que trazer esse debate novamente à Assembleia para que a gente possa fazer justiça a cada ano.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Carlos...

Cattani, ele já tinha pedido aqui; depois eu passo para você, tá, Cattani? (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Carlos Avallone.

Então, por favor, Deputado... Ah, Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - Botelho, eu quero pedir destaque na emenda minha, na hora que for votar a mineração, por favor, tá? *Ok?*

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Deputado Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, senhor Presidente, pela oportunidade.

Senhor Presidente, eu votei contra o projeto do Fethab, porque chegou a esta Casa de supetão, não conseguimos entendê-lo muito bem, e também porque eu sou totalmente contrário a essa questão de desvirtuar o que ele foi criado, o próprio nome diz que Fethab é um Fundo para Transporte e Habitação. Então, ele deveria ser usado para isso, e não para fundo social, ou para a pequena agricultura. Até porque na pequena agricultura da qual eu faço parte o que mais nós precisamos é exatamente isto: habitação e transporte. Então, o social na verdade é isso. Votei contra o projeto por causa dessas coisas, não vi nenhuma emenda a esse respeito.

Mas vim aqui nesta tribuna para corroborar com a emenda do Deputado Ulysses e dizer a todos os parlamentares que é muito importante, quando nós votarmos essa emenda do Deputado Ulysses, que deixa somente com dois anos e aí vem a renovação, Dilmar, é importante para que esta Casa possa discutir, daqui a dois anos, novamente, se for o caso. É uma chance desta Casa ter sempre a prerrogativa de fazer aquilo que ela faz, que é exatamente fiscalizar os passos do Executivo e conversar entre os parlamentares para que esta Casa, que representa o povo mato-grossense, possa dirimir esses assuntos, Presidente.

Então, eu quero aqui pedir encarecidamente a todos os pares que votem pela emenda do Deputado Ulysses, porque dessa maneira esta Casa vai poder discutir isso daqui a dois anos.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputada.

Senhor Presidente, a Mensagem que veio para a Assembleia Legislativa é bem simples. Nós aprovamos, em janeiro de 2019, a Lei nº 10.818, que tratava sobre as condições de utilização do Fethab. Lá na Lei nº 10.818 tinha também um prazo de vencimento do que nós estávamos prorrogando para vencer em 31/12, lá no artigo 3º, inciso III, ele falava da questão do vencimento, tratando da distribuição na 7º D-1, que o Deputado acabou de falar aqui, Deputado Lúdio Cabral, da composição de distribuição do Fethab.

E eu gostei aqui do Lúdio vir aqui usar a tribuna defender o Governo do Estado, para ficar de acordo com a lei, o que era 2023: 40% que iam lá para a infraestrutura, 10% para a MT-Par, 50% ir para o buraco negro, que assim nós chamamos em janeiro de 2019.

Então, nós estamos... lá é simples, o projeto está alterando a 10.818, no artigo 7º, D-1, inciso III, e artigo 3º da Lei de 2000, que fala do Fethab também no parágrafo 3º.

Então, é simplesmente... o que que está na lei do Fethab? Nós estamos pegando o dinheiro do Fethab... em vez de ficar 40% só para a infraestrutura, 10% que nós aprovamos para a MT-Par, que vai agora para a BR-163, nós estamos colocando 85% para a agricultura. Em vez de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

40%, 85%; em vez de 50%, nós estamos colocando 95%, daí nós estamos colocando 80% na infraestrutura e 5% na agricultura familiar. Então, só trata disso.

E nós estamos com problema com o setor produtivo do Estado de Mato Grosso, Presidente, que nós trouxemos na redação para facilitar o entendimento dos fundos, ou dos institutos, para que tenham mais segurança e mais clareza na aplicação dos institutos. É só disso que trata a lei, ela não trouxe nada de diferente.

E lá na lei, quando ela tirava o artigo de prorrogação ou de data de vencimento até o dia 31 de dezembro de 2022, seria muito mais fácil, talvez o setor queira que a gente trabalhe assim, eu estou à disposição, para que o setor pague então o ICMS, aí não precisamos discutir, como eu sou contra cobrar esse ICMS do setor produtivo, que ele já contribui muito para o estado, em todos os setores, paga-se o Fethab. E se toda vez nós tivermos que vir discutir, cada ano, dois anos, não tinha vencimento, ele só tirava o vencimento de 31... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos para o Deputado.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Só tirava o prazo de vencimento.

Na ideia do Lúdio, que talvez seria a discussão, traz o ICMS, nós não precisamos discutir, porque daí é carga tributária normal para todo mundo, daí, sim, nós vamos saber o quanto que pesa para a gente pagar, como eu também sou contribuinte; eu, a minha família também é.

Então, gostaria, como na lei, ela só veio revogando o artigo de vencimento, ficou *ad aeternum* o vencimento. No Colégio de Líderes, na reunião com os colegas Deputados, nós definimos e colocamos aí para vencimento dia 31/12/2026. Se não tinha vencimento... o ICMS não tem, não tinha vencimento, colocamos uma trava para ficar de acordo com o combinado com todos, dia 31/12/2026. Agora estão querendo reduzir a data, quer dizer, então seria mais prático para o governo a cada ano, dois anos, vir discutir, coloca a carga tributária que seria do setor de comércio, aí, sim, nós saberíamos o tanto que ficaria difícil para o setor produtivo do Estado de Mato Grosso.

Então, eu só gostaria de pedir para os Deputados, vamos aprovar de acordo com o que está o substitutivo integral com toda a participação de todo mundo, que tem uma trava para vencimento em 2026 e não acatando essa emenda que pediu o destaque.

É isso aí.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Xuxu Dal Molin.

Vou passar para o Xuxu, depois passo para você, para encaminhar.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Botelho, rapidamente, só para contribuir com os colegas Deputados.

Eu sou um grande entusiasta da retomada das obras de duplicação da BR-163. Nós temos aí a BR-174 também que sai do papel agora, vai entrar em obras, região noroeste, mais 2.500 quilômetros estão em obras, como a MT-130, a MT-140, nós temos várias estradas e grandes pontes, infraestrutura na base. Isso vai deixar o estado... nos próximos anos, vai dobrar a arrecadação e a produção.

Eu concordo, eu sou um cara, eu sou um entusiasta de baixar imposto, de não aprovar, todo mundo me conhece. Agora nós estamos aqui vivendo uma realidade. Mato Grosso é uma ilha dentro do Brasil, graças à mãe natureza, nós temos um clima equilibrado. Falta ainda, quando falo de Lei Kandir, gente, falta um monte de ferrovias, infraestrutura, competitividade, nós temos um monte de coisas para acontecer ainda, lá na frente nós vamos conseguir fazer tudo isso. Mas a palavra de ordem aqui é responsabilidade, a minha família é produtora, eu seria o primeiro a não querer pagar Fethab, mas a gente tem pelo menos quatro ou cinco anos de obras da BR-163, mais três, quatro anos da BR-174, nós temos um monte de obras. E aí eu não posso julgar o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.

---

governador Mauro Mendes e sua equipe, o Padeiro, toda a equipe, todo mundo lá está trabalhando. É unânime aqui falar que Mato Grosso é um canteiro de obras.

Então, eu queria pedir coerência, responsabilidade, eu seria o primeiro a pedir para não votar nada, gente. Eu não estou... não vou mais estar aí, está certo? O meu futuro político só a Deus pertence, mas eu tenho responsabilidade com este estado e principalmente com as pessoas que estão morrendo na BR-163, e esses milhões de brasileiros que vivem no interior, que agora estão sonhando com estradas, pontes, dignidade e desenvolvimento para os municípios.

Então, vamos votar, sim, gente; são só mais quatro anos, eu acredito que nós... estruturando o estado, não vai mais ser renovado isso. Só com a arrecadação do ICMS, o que nós já temos, vai dobrar a arrecadação, em menos de sete, oito anos, nós não vamos mais precisar.

Mas nós corremos o risco de não aprovar o Fethab, e aí não vamos ter mais a duplicação da BR-163, e aí eu quero ver o que nós vamos falar para aquele povo que vive lá em Sorriso, Nova Mutum, Sinop, Lucas. Então, eu queria pedir coerência e responsabilidade.

Obrigado, Presidente Botelho, a todos, vamos votar dessa forma, gente; vamos aprovar o texto como está.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, encerrada a discussão.

Para encaminhar, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, apenas para encaminhar para os colegas que não tenham entendido, ou que não tenham participado do debate.

Trata-se de uma redução do prazo de quatro anos de vigência, que está mudando para dois, e aí vai ser rediscutido isso aqui na Assembleia, provavelmente. Ninguém está falando que isso vai acabar, ou que não vai acabar. Isso é importante para a Assembleia Legislativa, uma vez que a Assembleia Legislativa aqui representa a população do Estado de Mato Grosso. Estamos tratando de *commodities*, estamos tratando de tempo, de agricultura, de coisas que podem oscilar. Então, a gente não sabe se amanhã ou depois pode ter uma crise, se amanhã ou depois pode oscilar alguma coisa. Vamos dar um exemplo prático, por exemplo, que foi com relação ao reajuste do Fethab, que teve absurdo em que nós tivemos que mudar o indexador. Nós tivemos que mudar o indexador aqui por conta de fatores externos à vontade.

Então, quando a gente traz a revisão de volta à Assembleia Legislativa é para dar justiça, exatamente. Então, a redução é para que se faça justiça com o setor.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para encaminhar, Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Eu só vim para encaminhar, Presidente, porque volta no mesmo assunto. Já discutiu, você está dando outra oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - O Regimento permite, Deputado, fazer encaminhamento em votação.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Não, ele não fez encaminhamento, ele que pediu para a emenda individual dele. Ele está falando a mesma coisa, ninguém colocou quatro anos, ninguém colocou, quem colocou foi o Parlamento Estadual, todos os Deputados que discutiram, que participaram, dando opinião, para ver como que ficava; Vossa Excelência, como Presidente, inclusive participou e exigiu que colocasse 5% para a agricultura familiar, que não estava.

Então, nós produzimos um substitutivo integral com a participação de todos, lá não tinha prazo de vencimento, nós colocamos vencimento para 2026. Está querendo alterar, estou falando que nós, a cada dia que nós formos tratar desse assunto... daqui uns dias nós vamos perder a votação do setor, acabar com convênios, Confaz, que tem incentivos fiscais, que não paga nada o

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

defensivo, como o Lúdio falou, que deferimento tributário para maquinários e equipamentos paga 1,5%, só que nós mudamos nessa legislação.

Então, se nós formos trazer tudo à tona vai ficar ruim também até para o setor. Então, quem defende, está cada vez mais complicando, ajude a participar. Nós fizemos uma trava para 2026, quatro anos.

Presidente, só gostaria de pedir isso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*, Deputado Dilmar Dal Bosco. A colocação do prazo inclusive foi uma exigência nossa, do Parlamento, para colocar prazo.

Então, encerrada a discussão. Vamos para a votação. Aqueles que concordam com o parecer da comissão pela rejeição da emenda permaneçam como estão, quem for contra o parecer se manifeste.

Peço ao Deputado Max Russi para fazer a contagem de votos para mim, porque está muito confuso aí.

(FALAS SOBREPOSTAS - PAUSA.)

O SR. LÚDIO CABRAL - Botelho, pela ordem aí, Botelho. Faça a chamada nominal dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Max Russi, faça uma chamada nominal, por favor.

O SR. MAX RUSSI - Vamos lá... É para contar, Botelho?

(FALAS SOBREPOSTAS - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Max, faça a contagem e o senhor me fala, por favor.

O SR. MAX RUSSI - Tá. Vamos lá então... Chamar, né?

(FALAS SOBREPOSTAS - PAUSA)

O SR. LÚDIO CABRAL - Presidente, o Regimento estabelece que quando há dúvida faz-se a chamada nominal... Tem, tem dúvida, sim. Tem voto sendo contado no remoto que a gente nem sabe se o Deputado está presente, então tem que fazer a chamada nominal.

(FALAS SOBREPOSTAS - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*.

Já votou. Foi onze a onze. Cabe ao Presidente desempatar. Eu vou votar pela minha convicção, desde o início, que eu pedi para colocar emenda de quatro anos. Ficou doze a onze... a emenda não foi acatada.

(FALAS SOBREPOSTAS - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Tem o destaque do Deputado Lúdio ainda.

Emenda nº 02. “Modifica o inciso II do artigo 1º do Substitutivo Integral nº 01 do Projeto de Lei nº 956/2022, que passa a ter a seguinte redação...” Ele está colocando: 10% para MT-PAR; 50% para aplicação em obras de infraestrutura em transporte e habitação, da Sinfra; e 40% para o tesouro estadual, em educação, assistência social, saúde, segurança pública e agricultura familiar.

Em discussão. Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom, Deputados, eu queria a atenção dos senhores e da senhora para o conteúdo dessa emenda. O sentido dela é manter o texto da lei do Fethab como está hoje. Volto a dizer, o Fethab não deveria existir, o que deveria existir era a justiça tributária com cobrança de ICMS justo daquilo que hoje não paga imposto. Nós teríamos que acabar com a Lei Kandir, e nós teríamos que rever a política de renúncias fiscais em Mato Grosso, e eu usei como exemplo a comercialização de agrotóxicos. Mato Grosso deixa de arrecadar um bilhão de reais por

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

ano só com a isenção na comercialização de veneno, isso são dois orçamentos da Unemat, metade praticamente do orçamento da saúde.

Então, todo esse debate que nós estamos fazendo aqui não teria razão de existir se houvesse justiça tributária e cobrança justa de ICMS em Mato Grosso, porque todos os trabalhadores pagam, no mínimo, 17% em tudo aquilo que consome.

E o que eu estou propondo é a manutenção do texto da lei como está hoje: 10% para capitalizar a MT-PAR; 50% para a infraestrutura e a habitação; e 40% para educação, saúde, assistência social, segurança pública e agricultura familiar, para a gente inclusive sair desse debate sem sentido aqui, 5% para cá, 5% para lá, 5% aqui, tira daqui, tira de lá... Todas essas áreas são essenciais. Ora, e se eles vão para a Fonte 100 do Tesouro, quem define a alocação é o Parlamento, porque é o Parlamento que vota o orçamento estadual, não fica na discricionariedade do Poder Executivo, fica sob a responsabilidade do Parlamento Estadual quando vota o orçamento público.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais alguém para discutir?

Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, da mesma maneira, volto aqui a falar que o que o Parlamento definiu, o que a Assembleia Legislativa definiu pela primeira vez, o Deputado Cattani inclusive usou a tribuna aqui... E concordo plenamente com a discussão ali, Deputado Cattani, da questão da aplicação dos recursos muitas vezes para a assistência social e a agricultura familiar. Que o mesmo recurso que nós queremos, queremos a MT - 010 passando por dentro, dando condição, como Vossa Excelência usou ali internamente com os colegas Deputados, o que a mulher grávida que ganhou o bebê no carro atolado queria é estar no hospital, no asfalto, na MT - 010. Como interligou agora a MT-249, a MT-492, de São José a Nova Maringá, interligamos a União do Sul, a MT-423, a MT-429, fazendo sentido a Marcelândia, recuperando a MT-208, fazendo a MT-419 ao IFMT, lá em Guarantã do Norte, como obras estão trazendo ao Bruno Mena, prefeito lá de Matupá. Esses recursos que nós queremos de convênios... e nós queríamos, eu também gostaria que 100% do dinheiro do Fethab fosse exatamente para a infraestrutura.

Mas, como o Parlamento definiu, o Parlamento definiu 80% para a infraestrutura, colocando que exclusivamente 20% vão para casas populares, para habitação, 10% que nós autorizamos hoje, aprovamos uma lei, abrindo rubrica e crédito adicional de um bilhão de reais para o MT-PAR para a duplicação da BR - 163, com prioridade em três trechos já no início do ano que vem. Nós definimos no Parlamento aqui, então, dos recursos já 90% para a infraestrutura, 5% para a agricultura familiar, 5% para a assistência social. Então, vai descaracterizar o que a Assembleia discutiu, que sempre nós defendemos que o Fethab tem que ir para a infraestrutura.

Então, vou pedir novamente aos colegas Deputados não votarem acatando essa emenda que foi pedido destaque, e votar aí a favor do projeto e do substitutivo integral que foi discutido dentro do Parlamento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, senhor Presidente.

Dessa vez eu venho para concordar aqui com o nosso líder Dilmar e pedir para que a gente vote contra essa emenda do Deputado Lúdio, que tem todo o direito de propor, mas da maneira como está, no meu entendimento, já foge da sua finalidade, como eu falei antes. E gostaria de pedir a todos que votassem contra essa emenda para que o Fethab fique o mais natural possível e que possa atender de fato aquilo que ele foi proposto, que é levar a infraestrutura e habitação para a agricultura.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Max Russi.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O SR. MAX RUSSI - Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputada, público presente, imprensa.

Discussão interessante essa do Fethab - Fundo de Transporte e Habitação. Nos últimos quatro anos, não foi usado o recurso do Fethab para a habitação, a Assembleia fez uma emenda importantíssima, parece que o governador Mauro Mendes também está direcionado nessa questão de habitação, está querendo fazer um investimento maior de habitação nesses próximos quatro anos. E eu acho isso, prefeito Tatá, importantíssimo; existe essa demanda por casas populares nos municípios.

Quero parabenizar o governo também, Botelho, mesmo divergindo de muitos parlamentares aqui, por ter mandado os 10% para o social, que virou 5% para o social, e 5% para a agricultura familiar. Porque durante a campanha toda a gente fez um discurso, muito se falou no Estado de Mato Grosso, que Mato Grosso é um estado rico, mas de um povo pobre. Mato Grosso é um estado que precisa gerar mais oportunidade, Mato Grosso é um estado que precisa olhar mais para o social, que tem famílias passando dificuldade. E social não é apenas uma cesta básica, não é um cartão, longe disso. Social é investimento num lar de idoso, social é investimento numa clínica, pode ser investimento numa clínica de recuperação, num lar de crianças, enfim, social são várias áreas que são atendidas. E quando o agro dá essa contribuição, pequena ou grande, aí cada um faz a sua discussão, eu acho muito importante.

Alguns anos atrás, e não é nenhuma crítica, era a situação do estado, nós não víamos recursos do Fethab para investimentos. No início dessa legislatura nós aprovamos 30% para estrada, 40%, chegou a 50%, e o resto para a folha de pagamento. E hoje nós temos as finanças ajustadas no Estado de Mato Grosso, 80% desse fundo vai exclusivamente para esse investimento nas estradas, e a Assembleia colocou uma vírgula aí obrigando no mínimo 20% para habitação, 10% para a MT-PAR, 5% para agricultura familiar, a forma como vai gastar esse dinheiro. E aí existem várias correntes e várias defesas dentro da Assembleia. Cattani defende uma corrente, outro defende outra, são visões diferentes, são vivências diferentes, são pensamentos diferentes, mas que são válidos, a intenção da Assembleia é muito boa.

Então, eu quero deixar esse registro, investimento no social é um investimento importante, porque este Estado de Mato Grosso é um estado gigantesco, é um estado que vai crescer muito, que está crescendo muito, o nosso agro está crescendo muito, e outros setores do nosso estado também, e nós não podemos deixar de ter uma atenção... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerrou? Mais um minuto.

O SR. MAX RUSSI - E nós não podemos deixar de ter uma atenção especial em alguns setores que ainda precisam ser olhados.

Então, como eu trabalhei muito a questão social durante a minha campanha, tem outras áreas importantes que precisam ter uma atenção especial. Mas a área do social, como eu falei, não é apenas uma cesta básica, mas tem uma série de investimentos em qualificação profissional, e esta Assembleia cobrou muito investimento do governo nesse sentido, e nós precisamos avançar bastante nos próximos quatro anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Xuxu.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Botelho, rapidamente. Óbvio, a expectativa é o discurso de todos, é importante cada um defender seus pontos de vista, mas a realidade do estado, eu quero trazer para vocês, é que nós temos mais de 2.500 quilômetros de asfalto, mais de trezentas grandes pontes, mais de três mil pequenas pontes, e até asfaltamento em assentamentos como Alto Celeste, ali no município de Vera. Então, quem teve competência, foi atrás de projetos, as prefeituras se organizaram, eles estão asfaltando até os assentamentos rurais.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Então, eu estou trazendo essas informações, Deputados, porque nós estamos investindo mais do que o dobro da arrecadação do Fethab, agora é realmente necessário a gente dar continuidade a isso. Então, eu agradeço que todos votaram, nós temos que fiscalizar para serem obras de qualidade.

E então essa... mesmo o Lúdio defendendo esse ponto de vista dele aí, nunca teve tanto dinheiro para a educação do estado, para a saúde, para a segurança, são os maiores investimentos da história. E Mato Grosso vai continuar arrecadando se der mais suporte de infraestrutura, macro, que é estrada, ponte e habitação. Habitação é fundamental para pais e mães poderem não pagar um aluguel, poderem trabalhar com dignidade, sobrar mais, e os municípios menores trazerem mais empreendimentos. Nós estávamos lá em Santa Rita do Trivelato, não tem gente para trabalhar no município, porque falta habitação, o prefeito Egon, lá, está começando mais casas. Isso não é diferente em todos os outros municípios.

Então, quem vai levar funcionários para as fazendas, para o comércio, para a indústria, para os serviços, ou mesmo dar um alento para os servidores públicos terem condições de ter uma casa própria e não terem o seu orçamento estrangulado, é a casa própria, é sair do aluguel.

Então, parabéns a todos, por mais que estão com boas intenções, na prática é isso, vamos aplicar em infraestrutura, porque a arrecadação vem aumentando, e vai dar suporte através da Fonte 100 para todas as outras áreas.

Obrigado, Presidente.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Senhor Presidente, hoje nós tivemos uma reunião da Comissão de Educação, e esteve presente o secretário Alan Porto e toda a sua equipe. E naquela oportunidade, falando ali na comissão, nós tivemos a satisfação de ter a presença do Deputado Wilson Santos, e nós estávamos lembrando, Deputado Wilson Santos, da primeira reunião em que o Alan Porto esteve nesta Casa, Deputado Lúdio, e ele disse: “Olha, nós só temos dois milhões para investimentos no ano de 2019”. Dois milhões para investimentos! Uma escola no município de Rondonópolis, que é a Escola Marechal Dutra, foram aí aproximadamente cinco milhões de reais. O que seriam dois milhões para um estado imenso como o Estado de Mato Grosso? Quase oitocentas escolas estaduais.

E aí eu me lembro de que, quando o governador Mauro Mendes assumiu o mandato, ele fez esse desafio conosco: para que nós possamos ter recursos para investimentos, nós precisamos aprovar esse novo Fethab.

E aí, em janeiro de 2019, estava aqui... e Vossa Excelência, Deputado Botelho, Deputado Wilson Santos, e todos nós votamos, tivemos o desprendimento de votar o Fethab, confiando, acreditando no Governo do Estado, que esses investimentos seriam feitos.

Hoje nós tivemos nessa reunião o secretário fazendo uma explanação das ações que foram feitas. Só no município de Rondonópolis nós tivemos a construção, a reforma total da Escola Marechal Dutra, da Escola Maria Tereza, que hoje atende a Escola Militar Tiradentes; tivemos a recuperação, o reinício da reforma da Escola Emanuel Pinheiro; tivemos a oportunidade de construir uma quadra coberta poliesportiva que há quarenta anos a Escola Antônio Guimarães Balbino esperava, Deputado Dr. Eugênio, e não conseguia. Então, foram vários investimentos. Anel Viário que foi feito no município de Rondonópolis, recuperado.

Então, são investimentos que são feitos em todo o estado.

E eu quero dizer sobre a importância, esses recursos sem dúvida nenhuma têm garantido que o cidadão mato-grossense possa receber esses investimentos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

E eu quero dizer sobre a importância da Assembleia Legislativa, esta Casa teve a coragem de votar, de acreditar, de confiar que os investimentos aconteceriam, e agora nós estamos revendo... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Nós estamos revendo essa questão do Fethab, e esta Casa tendo o desprendimento de amarrar nos 80%, esses 20% para obrigatoriamente, no mínimo, para habitação, que é imprescindível, investimento na habitação precisa ser feito, principalmente hoje, nós vivemos aí, as donas de casa sentem a carência, a necessidade da moradia, e nós precisamos nesse novo governo Mauro Mendes retomar essas obras de habitação. E esta Casa, com certeza, no momento que toma essa decisão de dizer “olha, no mínimo 20% serão para habitação”, a Assembleia Legislativa está dizendo que vai trabalhar muito fortemente para que essa área social seja... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok?*

Então, encerrada a discussão. Vamos para a votação.

Quem for favorável ao parecer da comissão que rejeitou a emenda permaneça como está, quem for contra o parecer e a favor da emenda se manifeste. (PAUSA) Um voto do Deputado Lúdio Cabral, um voto do Deputado Barranco... Apenas dois votos... A Emenda foi rejeitada, Deputado Lúdio... Está certo... (RISOS) Então, sem mais destaques, vai para a redação final.

Em 2ª votação, Projeto de Lei Complementar nº 67/2022, (MENSAGEM Nº 185/2022), que altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 266, de 29 de dezembro de 2006, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão.

Para discutir, Deputado Ulysses Moraes... Para encaminhar, já está em votação, para encaminhar.

O SR. ULYSSES MORAES - Para encaminhar, Presidente.

Bom, trata-se aqui, como eu disse anteriormente, de mais um absurdo do governo Mauro Mendes. Na mesma sessão que a gente está criando tributo para mineração, que a gente está criando tributo para o agronegócio, o que que ele está criando com o dinheiro de vocês, pagadores de impostos? Ele está criando verba indenizatória para secretários, ou seja, aumento de vantagens e benefícios para marajás do governo; para o alto escalão do funcionalismo público está sendo criada vantagem, ao mesmo tempo em que ele está aumentando tributos. Ou seja, nós temos lá a arrecadação do Fethab, que pode chegar aí a três bilhões de reais, temos a arrecadação do minério, que pode chegar a algo em torno de cinquenta, sessenta milhões de reais, e para onde vai essa dinheirama toda? A gente acha às vezes que vai ser para o assistencialismo, que vai ser para a saúde, que vai ser para a educação, que vai ser para a segurança pública... Não! Está indo para aumentar vantagem, está indo para aumentar dinheiro no bolso do alto funcionalismo, literalmente, está indo para aumentar as vantagens pessoais dos apaniguados do governador Mauro Mendes.

Eu fico incrédulo! Eu gostaria de saber como é que o governador Mauro Mendes deita na cama dele, bota a cabeça dele no travesseiro, sossegado, sabendo que ele está extorquindo o povo de Mato Grosso, tirando à força o dinheiro do bolso do mato-grossense e dando mais dinheiro para os amigos dele, para o alto escalão. São os ricos ficando mais ricos, e a gente inviabilizando atividades, inviabilizando aqueles que produzem, que fazem o estado acontecer.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Então, eu faço o meu encaminhamento para votar contra esses benefícios a mais para os marajás do Governo do Estado. E é inadmissível a gente aumentar benefícios para marajá aqui enquanto a gente está tributando o cidadão de bem, aquele que está produzindo, não faz sentido algum.

Então, encaminho o meu voto aqui, contrário, contrário a esse projeto que aumenta benefícios. E aí de quem subir nesta tribuna aqui e falar que isso aqui não é benefício.

O SR. WILSON SANTOS - Para discutir, Presidente.

O SR. ULYSSES MORAES - Então, o meu encaminhamento fica aqui, Presidente, para votar contrário, porque não tem como falar que isso aqui não é benefício. É benefício e aumento de vantagens, e aumento de vantagens a custo do cidadão que produz!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para dizer que não é benefício, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, eu fui prefeito de Cuiabá, e não é fácil Vossa Excelência conseguir no mercado um técnico de qualidade por um salário decente. O senhor secretário de Fazenda deste Estado é responsável por arrecadar mais de trinta bilhões de reais, o salário líquido dele é 13 mil reais. Nós temos assessor aqui na Assembleia que ganha mais de 30 mil reais, sem ser ordenador de despesa nem ter nenhuma responsabilidade sobre seus ombros, sobre as contas públicas, jamais responderão a uma ação por improbidade.

Hoje um técnico de nível superior em computação, em T.I, não fica no estado por menos de 16 mil reais, inicial. Qualquer menino de 22, de 23 anos, com curso superior em T.I, é contratado pelo estado hoje com salário mínimo de 16 mil reais. Um secretário de Infraestrutura, que toca um bilhão e meio, dois bilhões de reais por ano de obras, receber 13 mil reais líquidos? Eu vou votar SIM, senhor Presidente, eu vou votar SIM.

Nós aqui temos salário de 25 mil e 300 reais, nós aqui temos VI de até 65 mil reais por mês, nós aqui andamos de caminhonete Amarok paga pelo cidadão, temos mais um ou dois carros, dezenas de servidores. E nós não vamos permitir que um técnico de altíssimo nível, que responde por uma Secretaria de Estado, algumas que chegam a executar bilhões de reais em obras, responsabilidade de todo tamanho, continuem a receber 13 mil reais líquidos por mês. Temos que pagar, sim, bons salários a todos os profissionais, principalmente aqueles que sobre os seus ombros existem maiores responsabilidades.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Então, para discutir, Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Obrigado, nobre Presidente, demais Deputados.

Está aí uma matéria que eu gostaria muito de poder discutir. E vocês sabem que, desde o primeiro momento, como Deputado, eu assumi a valorização dos servidores públicos. Todas as matérias que tramitaram no Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, sem exceção, sem exceção, todas, votei a favor do serviço e do servidor públicos.

Eu sou servidor público, concursado, entrei pela porta da frente do sistema público de saúde, passei em primeiro lugar no concurso público da saúde em 2003. Não é justo, não é justo! Respeito o posicionamento do Deputado Ulysses, que sempre faz comparação com a iniciativa privada. Qualquer CEO, qualquer administrador, diretor de qualquer empresa, com uma arrecadação infinitamente menor do que a do estado, referenciada inclusive nas palavras do Deputado Wilson Santos, um secretário ganhar de 13 a 14 mil reais para administrar um orçamento bilionário, bilionário, com um orçamento infinitamente menor, faturamento infinitamente menor...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Eu conheço empregados de fazendas aqui no Estado de Mato Grosso que ganham 50, 100 mil, 150 mil reais, têm casa, têm carro, de graça, para poder prestar o serviço. Nada contra. A única pena nesse projeto aí é de não incluir por competência outros cargos também que gerenciam recursos milionários. Há gerentes aí que são responsáveis por fazer pagamento de um bilhão de reais. Um salário de um gerente é dois mil e poucos reais, dois mil e poucos reais. É justo? Não é justo. Superintendente, que administra também recursos milionários, para ganhar aí os seus 4.500 reais, cinco mil reais. Nada contra o trabalhador rural, qualquer tratorista hoje no Estado de Mato Grosso não ganha menos do que 10 mil reais. Mas espera aí, um tratorista receber 10 mil reais, e um secretário de estado, que administra um orçamento bilionário, de três a quatro bilhões de reais, ganhar 13 mil reais? Espera aí, gente, vamos parar com a hipocrisia, vamos parar de jogar para a plateia, não é justo!

Se a gente está falando de competência, de responsabilidade, nós temos que aplicar a regra do mercado, nós temos que aplicar a regra do mercado. Um tratorista ganhar 10 mil... é um trabalho justo, é um trabalho sério? É. Um trabalho de um secretário de saúde, que administra um orçamento de três bilhões, um secretário de obras, que administra as maiores obras do Estado de Mato Grosso, que se tivesse... (TEMPO ESGOTADO)

(A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Mais dois minutos.

O SR. PAULO ARAÚJO - ...Tivesse em qualquer empreiteira de médio porte estaria ganhando 30, 40, 50 mil. Um engenheiro hoje, você não consegue contratar um engenheiro por menos de 15 a 20 mil reais, engenheiro meia-boca, estou falando de engenheiro meia-boca.

Vou votar a favor, vou votar a favor. Pena que não estão aí os demais cargos do Governo do Estado. Quem assume função de chefia tem que ter o diferencial, sim, tem que ganhar bem, tem que ganhar bem e tem que ser responsabilizado à altura pelos seus atos, como são os secretários, ordenadores de despesa ou qualquer outro que ordena despesa também no Estado de Mato Grosso, gente. É essa a discussão que a gente precisa fazer, discussão séria, discussão responsável.

Eu conheço um diretor de supermercado aqui que administra uma rede de quatro supermercados, o salário dele, 50 mil reais de salário. É justo? Lógico que é justo, é justo, é muito justo. E é isso que a gente... é assim que a gente precisa tratar a empresa pública, o Governo do Estado de Mato Grosso.

Você sabe qual é o salário do presidente da República? Quarenta mil reais. Vocês acham justo um presidente da República Federativa do Brasil receber 40 mil reais de salário? Espera aí, gente, espera aí, essa discussão que a gente precisa fazer em nível de Brasil. Está certo? Está correto? É isso que nós queremos? O maior demandador do maior orçamento da República Federativa do Brasil, o salário de presidente, 40 mil reais. É isso? É isso que nós queremos? Está certo isso? Não está certo.

Voto a favor da matéria, Presidente.

O SR. NININHO - Para encaminhar, senhor Presidente.

Falar sobre essa matéria, senhor Presidente, até discordando aí do nosso colega Lúdio... do nosso colega Ulysses, desculpa aí, Lúdio, você que está sempre defendendo o direito dos servidores, até porque, Botelho, eu sou um dos parlamentares que têm cobrado muito do Governo do Estado para que seja feito um realinhamento, uma valorização dos servidores do estado, principalmente nos cargos: secretários, secretários-adjuntos, diretores e presidentes de autarquias.

Hoje, infelizmente, o salário que o estado paga a esses servidores é vergonhoso, Botelho. Inclusive essa semana teve um empresário do ramo da construção pesada que contratou de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

três a quatro engenheiros que estavam lotados na Sinfra com salários mais do que o dobro do que eles recebiam do Governo do Estado.

Então, hoje, os servidores... infelizmente, está muito defasado, e para quem presta um serviço de qualidade à população, como as nossas secretarias do estado têm feito, com todas as obras que estão em andamento neste estado, tanto obra urbana, como obra de rodovia, em todos os segmentos, sem dúvida alguma o governo estava em débito com esse segmento, com esses servidores.

E eu tenho cobrado, há muito tempo venho cobrando do Governo do Estado, e hoje acho que é o momento de nós votarmos, sim, a valorização desses trabalhadores que muito têm feito pelo estado haja vista o desequilíbrio que está dos salários de servidores com o salário da iniciativa privada. Por isso, eu voto a favor e peço aos demais colegas, que eu acho que é questão de fazer justiça.

(O SR. EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerrada a discussão. Em votação. Os que forem favoráveis ao parecer permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Com um voto contrário do Deputado Ulysses Moraes, do Deputado Delegado Claudinei... Só! Dois votos contrários. Está aprovado e vai ao expediente.

Eu quero em tempo aqui corrigir o projeto que eu falei aqui sobre o projeto do Fethab, o Projeto de Lei nº 956/2022, eu disse que ia para a redação final, na verdade, a ele não foi acatada nenhuma emenda, e ele vai ao expediente, *ok?*

Projeto de Lei nº 959/2022 (EM 2ª DISCUSSÃO), de autoria da Mesa Diretora, que altera a Lei nº 11.488/2021. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública, acatando o Substitutivo nº 02, prejudicando o Substitutivo nº 01.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão... Anote a abstenção do Deputado Ulysses Moraes.

Peço à assessoria que traga o projeto do Fethab mineração, por favor. (PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu vou suspender a sessão por cinco minutos, que é o prazo que estão pedindo para...

(O SR. MAX RUSSI FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, cinco minutos para nós retornarmos a sessão para dar tempo do pessoal terminar o parecer da comissão.

(A SESSÃO É SUSPensa.)

### **REABERTURA DA SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Declaro reaberta esta sessão ordinária.

Projeto de Lei nº 955/2022 (EM 2ª VOTAÇÃO), Mensagem nº 179/2022, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM e o Cadastro Estadual de Controle e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - CERM. O parecer é favorável da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Recursos Minerais nos termos do Substitutivo Integral nº 01, acatando a Emenda nº 09, restando rejeitadas as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13 e 14; prejudicando as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

nos termos do Substitutivo Integral nº 01, rejeitando as Emendas nº 09, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13 e 14.

Em discussão. Para discutir, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, eu já falei aqui na última sessão da importância de nós extrairmos também dos recursos naturais que o nosso país tem, que o nosso estado tem, impostos e taxas, se não impostos, também taxas, para que possamos manter a máquina pública. E isso é algo que na Idade Média já se fazia; no Brasil Colônia, a Coroa portuguesa nunca deixou de fazê-lo, o quinto constitucional da Coroa portuguesa era cobrado pelos intendententes no Brasil todo de maneira muito rigorosa e enriqueceu também Portugal, que era a nossa Coroa.

E a máquina não para, e precisamos manter o aparelhamento da educação, da saúde, já vimos anteriormente aqui o Fethab novamente renovado para continuar as obras e também o social, e também a agricultura familiar, e também a Empaer. E agora esse importante passo para que nós possamos também, dos recursos naturais, extrairmos fundos para investimento público.

E eu quero aqui, Presidente, destacar a defesa, nós teremos aí emendas sobre isso, de que parte desses recursos possam e devam ir para os municípios. Eu estou vendo aqui o prefeito Tatá, mas temos muitos outros prefeitos, de Apiacás, de Peixoto de Azevedo, de Aripuanã, tantos outros municípios que também têm muitas lavras minerárias. E é importante que possa ir para os municípios, porque é lá onde o caos se assenta, o caos social, o caos ambiental. E tudo recai sobre o prefeito, não é aqui no governador que a cobrança vem e que os problemas ficam e se intensificam, é lá na ponta, Deputado Wilson Santos. Por isso é importante que eles também tenham um quinhão desse valor para que eles possam ter condições de assegurar os investimentos, inclusive de recuperação, de reparação do meio ambiente.

E a gente sabe que os garimpos deixam... (TEMPO ESGOTADO) ...inadvertidamente um grande caos ambiental, isso é algo inegável, é só olhar por onde nós temos as explorações, é só olhar Poconé, é só olhar os fossos fenomenais que nós temos ali, gigantescos, dentro dos perímetros urbanos de Poconé; é só olharmos o que está acontecendo lá na região dos Yanomamis...

Poconé, diga-se de passagem, no início do mês de dezembro, tivemos uma operação conjunta da Polícia Federal e do Ibama, por conta do comércio ilegal de mercúrio, o mercúrio, que é um metal pesadíssimo, quem é da química, da biologia, sabe disso, pesadíssimo, e que, além de tudo, era comercializado aqui na nossa porta, de maneira ilegal. E a Polícia Federal, através da Operação Hermes, trouxe à tona, inclusive, com mandados de busca e apreensão deferidos pela Justiça.

Então, nada mais justo que os municípios também tenham parte desses recursos, e é isso que nós vamos defender aqui, para fazer os investimentos sociais, econômicos, ambientais e para melhorar a vida da população.

(A SR.ª JANAINA RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Próximo inscrito, Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Presidente, eu só estou com uma dúvida, eu gostaria que o líder de governo pudesse tirar... na verdade essa dúvida é de vários Deputados. Nós discutimos muito ali na antessala com relação ao impacto do projeto.

Primeira coisa: qual que é o percentual da alíquota que vai incidir, principalmente sobre o ouro? É a primeira dúvida, e eu gostaria que o líder Dilmar pudesse nos tirar essa dúvida.

E a segunda: se parte desses recursos financeiros serão direcionados...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Deputado Paulo, repita, por gentileza, a primeira dúvida de Vossa Excelência.

O SR. PAULO ARAÚJO - Primeira dúvida: qual que é o valor da alíquota que vai incidir sobre o ouro? Nós estávamos na dúvida ali, qual que é o percentual. É a primeira dúvida.

A segunda dúvida: se o nosso pedido de que esses recursos da arrecadação do ouro fossem para os municípios, qual é o percentual que vai para os municípios? Ou não vai? Nesse substitutivo que foi proposto aí, eu não acompanhei o finalmente da discussão. Se ele puder tirar nossas dúvidas...

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - No substitutivo a alíquota está 0,015 e não tem repasse para os municípios. As duas correções de valor do ouro e também de repasse dos municípios serão propostas por emendas votadas em destaque.

O SR. PAULO ARAÚJO - *Ok.*

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - *Ok?*

O SR. PAULO ARAÚJO - Obrigado, obrigado.

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Imagina.

Próximo inscrito, Deputado Wilson Santos. (PAUSA)

O SR. WILSON SANTOS - *Ok.*

Eu não vou acrescentar... muito se foi dito sobre isso aqui, senhora Presidente. Apenas quero dizer o seguinte: estou pedindo destaque para as minhas emendas, essas emendas já foram assinadas por vários colegas Deputados, e eu acho muito importante garantirmos alguns aspectos aqui.

Primeiro, eu quero registrar os parabéns ao governador Mauro Mendes, que desde dezembro de 2000 nunca mais um governador criou uma nova fonte de financiamento para as políticas públicas do estado. Parabéns ao governador que teve coragem, inclusive, ele é minerador, importante a chegada dessa matéria nesta Casa. Então, eu quero aqui deixar o reconhecimento.

Secretaria de Serviços  
E depois dizer ao governador também o nosso muito obrigado por ter acatado uma sugestão da CPI, esse assunto nunca foi ventilado na Assembleia. Aqueles que dizem que CPI termina sempre em pizza, está aí uma resposta contundente. A CPI que investigou sonegação e renúncia fiscal no estado termina e vai colocar no próximo quadriênio, em minha opinião, aproximadamente um bilhão de reais nos cofres. Mas esse dinheiro não pode ficar apenas nos cofres estaduais, esse dinheiro precisa ser repartido com os municípios onde há atividade mineradora: Peixoto, Matupá, Cocalinho, Cáceres, Vila Bela, Pontes e Lacerda, Poconé, Livramento e outros municípios. É importantíssimo isso.

Não podemos deixar aos municípios apenas o passivo ambiental, a destruição. E depois que o garimpo passa, fica um passivo social gigantesco nas costas da câmara municipal e da prefeitura municipal. Precisamos, neste momento, fazer a repartição, se não vai ser meio a meio, como é a minha proposta, mas que contemple uma parte com os municípios com atividade mineradora.

E por fim, senhora Presidente, os municípios que vão receber esses recursos têm que assumir também contrapartida, criar uma gerência, uma coordenadoria, uma superintendência para ajudar o Estado e a União na fiscalização da atividade mineradora. Esses municípios não têm sequer um único geólogo, um engenheiro de minas, nenhum corpo de fiscalização. São essas observações que eu faço.

E com relação ao coeficiente para o ouro, senhora Presidente, isso aí... o governo encaminhou primeiro 0,035, depois houve uma reunião com os mineradores na FIEMT e baixou para metade 0,018. Agora, tem um monte de emendas só baixando, só baixando, só baixando...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Prefeito Tatá, para que a gente não radicalize aqui e não pareça que somos radicais, e não somos... Eu defendo a atividade mineral no estado, sou a favor dela, reconheço historicamente a ocupação de Mato Grosso pela atividade mineral, essa riqueza tem que ser tirada, que ela agrida menos ao ser retirada, mitigamos essa degradação, mas tem que ser tirada, e que gere riqueza, bem-estar, dividendos à sociedade.

Então, eu defendo aqui que nós tenhamos aí um repasse, uma tributação sobre o ouro, que é o principal minério em destaque, hoje é o principal, ninguém sabe daqui a cinco, dez anos o que o subsolo de Mato Grosso nos reserva.

Então, eu defendo aí entre 0,018 e 0,025, é algo que pode ser razoável para municípios com atividade mineral.

Mas a grande vitória, líder Dilmar... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. WILSON SANTOS... a grande vitória desta noite, às vésperas de um ano novo, é a decisão do Executivo em acatar uma sugestão do Legislativo e encaminhar a esta Casa um projeto que taxa um setor, que é o setor que menos paga tributos no Brasil, apenas 1,5 de IOF e 1,5 de CFEM. Não há nenhuma atividade econômica do Oiapoque ao Chuí que pague menos tributação do que a atividade mineradora. E nós estamos propondo aqui agora uma taxa que já existe no Amapá, já existe em Goiás, já existe no Pará, e já existe em Minas Gerais, e que essa taxa não mate a galinha dos ovos de ouro, mas que ajude Mato Grosso a gerar mais empregos e a dividir essa riqueza com mais mato-grossenses, principalmente os mais humildes.

Obrigado, Presidente.

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Próximo inscrito, Deputado Oscar Bezerra; em seguida, Deputado Carlos Avallone.

O SR. OSCAR BEZERRA - Senhora Presidente, colegas Deputados, ao grupo de mineradores, garimpeiros que aqui estão.

Eu, desde o início, tenho falado que nós estamos incorrendo num risco de criar aqui um dinossauro, um projeto que, em vez de ajudar o Estado de Mato Grosso, vai complicar o Estado de Mato Grosso no setor mineral. Nós estamos aí... igual o Wilson disse aqui, todos os estados taxados. Realmente. Porém, muito abaixo dos valores que nós estamos praticando aqui. Inclusive, poderemos inviabilizar uma indústria que investiu três bilhões de reais, como a Nexa em Aripuanã, e dois novos projetos que estão em estudo para também serem implantados aqui, em função de não termos aqui uma coerência de chegarmos a esse valor mínimo, comparativo a outros estados. Todos, todos sem exceção, os minerais que nós estamos nomeando aqui hoje para passar são infinitamente maiores do que o Pará, do que o Tocantins, do que todos os outros estados mineradores.

E aí nós queremos trazer como empresas para cá para explorar nessa área? Aí nós queremos como que o minerador de pequeno porte consiga a subsistência pagando já para o subsolo, para as pessoas, que o superficiário tem 10%, a cooperativa tem mais 5%, e agora o estado entra com mais uma parcela gigantesca em cima do mineral, ou seja, além de pagar a porcentagem aos garimpeiros. O resumo da ópera: virou meeiro. Toda a tributação... virou meeiro de quem está querendo produzir neste estado, eu estou falando aqui em cima do ouro.

Então, senhora Presidente, é preocupante, muito preocupante, porque a maioria dos Deputados, eu percebi isso nas discussões, muitas vezes não têm o conhecimento da gravidade do que estão fazendo com o setor mineral.

Eu vou citar um exemplo, que não deu nem tempo de a gente discutir esse tema, mas em Juína, em Juína, produz lá, Janaina, diamante industrial, se for taxado o que está aí, inviabilizou Juína de produção de diamante industrial, porque o diamante industrial é infinitamente mais barato do que o diamante realmente comercial, o que vai para exportação... E lá nós estamos

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

praticamente tratando da mesma forma, quer dizer, vai complicar a situação de todo mundo que produz diamante industrial no estado. Estou citando o exemplo de Juína, que é a minha região.

Então, senhores, vai passar? Vai passar porque já é consenso entre os Deputados que têm que aprovar, tem o princípio da anuidade, mas não se esqueçam dessa pontuação do Deputado Oscar aqui. Eu não vou estar aqui a partir de 1º fevereiro, mas vocês que foram reeleitos vão ter que, muito em breve, convencer o Governo do Estado a devolver essa aberração para corrigir, porque senão vai acontecer de fechar empresas neste estado.

Fica o registro, senhora Presidente. (APLAUSOS)

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Deputado Carlos Avallone é o próximo inscrito.

O SR. CARLOS AVALLONE - Deputada Janaina, senhores Deputados, tudo bem?

Deputada, também me solidarizo na fala do Deputado Oscar e em grande parte da fala do Deputado Wilson Santos. Na realidade, a nossa CPI propôs a taxação e a tributação do setor mineral, ele é consenso entre todos os Deputados, a importância dessa taxação, ela já existe em todos os outros estados mineradores... Portanto, essa parte está totalmente superada.

O que me estranha... não deveria estranhar porque isso acontece em todo o ano, em todos os governos. Você chega em dezembro e chegam essas leis de taxações e de um assunto tão importante como é a mineração. Mas chegar no apressadilho para que a gente aprove, sem poder estudar adequadamente, é extremamente desagradável para nós Deputados. E ninguém é obrigado a entender de mineração, ninguém é obrigado a entender de uma questão tão complexa como é a mineração.

Nós atraímos para o estado a Nexa, nós trouxemos para cá, nós temos mineradores pequenos trabalhando com ouro, nós temos mineradores médios. Então, é um assunto que nós temos que tratar com maior seriedade, do que tratar com essa rapidez com que nós estamos fazendo. Temos que taxar, vamos taxar, mas nós estamos cometendo muitas falhas, muitas falhas, e nós sabemos que não é fácil depois, neste governo, a gente falar em diminuição de taxa. Todas as vezes que nós estamos fazendo isso... os aposentados estão aí, é um exemplo, a gente devolver aos aposentados o que eles têm direito está sendo uma dificuldade enorme. E vai acontecer a mesma coisa com essa questão da mineração.

Então, veja bem, eu fiz uma emenda, eu já pedi destaque, mas quero reforçar com a Deputada Janaina, que está presidindo a sessão, para que coloque em destaque a nossa emenda, em que nós vamos tratar o seguinte: eu estou colocando o valor de três vezes o valor do maior estado do país, da taxa, três vezes o valor. Porém, o que nós temos na proposta que veio do governo é 2.000% a mais em um ou outro item. Então, assim, é inaceitável esse tipo de valor.

Então, eu quero pedir o apoio dos Deputados para que a gente possa aprovar essa emenda, que é uma emenda que nós discutimos exaustivamente com os mineradores, discutimos, tentamos uma composição com o governo, discutimos com o nosso líder, quero parabenizar o nosso líder pelo trabalho que realizou, conversando com todo mundo, tentando convencer o governo, tivemos avanços no ouro, tivemos avanços em outros setores, mas nesse setor que eu estou fazendo a proposta, eu peço o apoio de todos os Deputados, que, como disse o Deputado Oscar, nós podemos estar inviabilizando uma mineração que foi duro trazer para cá, trouxemos para cá, e hoje nós precisamos ampliar. Outras mineradoras pretendem vir para o estado, mas esse tipo de colocação é importante a gente trabalhar.

Então, fica aí o meu apelo para que a gente apoie essa emenda.

Muito obrigado.

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Obrigada, Deputado Avallone.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, na verdade, eu iria pedir destaque de uma das emendas que cria um prazo, um prazo assim como nós tentamos criar na do Fethab, era um prazo de dois anos, mas me parece, e eu gostaria de tirar essa dúvida, que no texto original desse substitutivo já foi incluído esse pedido que eu havia feito para os Deputados, inclusive com uma redução de prazo, que essa taxa agora teria o prazo de um ano para ser rediscutida. Você pode confirmar isso para mim?

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Correto, Deputado Ulysses, tem um prazo de um ano agora para a renovação feita no substitutivo integral.

O SR. ULYSSES MORAES - Bom, então agradecer aí o acolhimento dos colegas nesse pedido que foi feito por nós para que essa taxa agora tenha um prazo, apesar de ser contrário a qualquer tipo de taxação, considero isso como uma vitória para este Parlamento, e também uma vitória para todos aqueles que são exploradores dos minérios, que estão aí produzindo para o Estado de Mato Grosso, que poderão revisar essa taxa, no período de um ano, discutir novamente essa questão.

Então, agradeço aí, e dizer aos Deputados que me antecederam e que defendem a taxação: chega! Chega! Nós somos um grilinho perto de um elefante que já está o estado, e um elefante que não para de engordar. Todos os dias, todos os meses, todos os anos, nesta Assembleia Legislativa, tive que subir nesta tribuna aqui para lutar contra aumento de carga tributária. Até quando esse grilinho vai aguentar esse elefante gordo que é o estado? E que está se lambuzando, aumentando privilégios, aumentando mordomias, não para os pequenos. Na discussão outrora, fugazes foram os Deputados defendendo salários maiores para o alto escalão. Mas não vi esse mesmo engajamento para defender o salário do policial, não vi esse mesmo engajamento para defender o salário do professor, não vi esse mesmo engajamento para regularizar e para corrigir uma injustiça que foi feita com os aposentados que estão tendo as suas aposentadorias confiscadas.

Então, fica aqui o meu desabafo. Durante todos esses anos lutamos contra o aumento de carga tributária no estado, e hoje registro novamente o meu voto contrário, tanto para o agronegócio quanto para os mineradores, contra o aumento ou criação de quaisquer taxas e tributos no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, Presidente.

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Deputado Max Russi é o próximo inscrito.

O SR. MAX RUSSI - Senhora Presidenta, senhores Deputados, público presente, imprensa, todos que nos assistem pela TV Assembleia, rádio Assembleia.

Eu quero cumprimentar e parabenizar todos os parlamentares, nosso líder Dilmar, o pessoal das comissões, realmente esse projeto chegou na Casa, chegou com alguns números bastante elevados, e esta Assembleia seguiu esse projeto, fez o debate, voltou ao governo, o governo fez uma análise comparando com outros estados, equilibrou essas taxas, baixou a grande maioria e chegou num denominador.

Agora com esse substitutivo em que o Dilmar coloca em um ano novamente uma revisão, acho importantíssimo isso, porque vai dar condição deste Parlamento... do Deputado Eugênio, essa proposta do Deputado Eugênio vai dar condição deste Parlamento já ter noção do que se arrecada dos setores, o que pode ser melhorado.

E duas emendas importantes, eu fiz uma emenda, o Deputado Wilson também fez, de uma parte desses recursos ir para os municípios. Como municipalista, ex-prefeito, eu entendo essa importância, é um recurso novo que vai entrar nos cofres do estado. Existe uma dificuldade nos municípios, como os prefeitos, e eu tenho escutado isso por parte de todos os prefeitos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Então, é importantíssimo se a gente conseguir avançar nessa direção.

Tem uma emenda do Deputado Wilson, tem uma emenda minha, e outros parlamentares também fizeram essa proposta.

Algo que passou batido, e que nós também tínhamos que pensar, e nesse projeto não vai ser mais possível, mas nos próximos, é a questão da previdência, do fundo de previdência nosso, que também se fez um compromisso no passado, e todos os recursos advindos, novos no estado, a gente iria colocar um pequeno percentual, mas esse não vai ser o caso desse projeto de lei.

Então, esse debate dos municípios é importante. Eu acho que é importante nós largarmos o recurso também onde acontece o garimpo, geralmente economias exauridas, municípios que têm dificuldades financeiras, principalmente os municípios mais antigos que precisam, sim, se tiver o entendimento de todos os parlamentares dessa contribuição na hora da aprovação desse projeto.

Obrigado.

(O SR. EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Botelho, rapidamente aqui, antes de eu entrar nesse assunto extremamente importante da mineração, eu quero trazer ao conhecimento de todos que, em 2019, após reunião com o cacique Cinta Larga, nós fomos demandados sobre a questão da criação e liberação de manejo florestal em terras indígenas.

Prestem atenção aqui, colegas Deputados! Nós fizemos todos os encaminhamentos junto ao Ibama, ao Ministério do Meio Ambiente, à Funai. Isso é uma demanda dos índios, muitos do Brasil que vivem em floresta. Vocês sabem que o manejo florestal brasileiro é um dos mais modernos do mundo, é referência, e os índios vão ter um sistema de manejo deles mais restritivo ainda do que o nosso.

Então, eu quero pedir aqui encarecidamente, Presidente Botelho, há quantos anos não têm política pública na área social para os nossos indígenas poderem ter renda? É a primeira vez na história que saiu a Instrução Normativa nº 12. É uma instrução conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, Ibama e Funai, e nós fomos um dos grandes articuladores. O Ministério Público Federal quer derrubar essa instrução normativa. Os índios passam fome, vivem em cima de uma riqueza, mas não podem explorá-la.

Então, eu peço aqui, Botelho, por favor, vamos ajudar esses índios, auxiliando o Ministério Público Federal, trazendo informações. É uma demanda deles. Eu peço, por favor, gente, antes do final do ano. Isso é estratégico, Mato Grosso, o médio Xingu, a região noroeste, nós temos milhões de hectares de florestas que vão ser preservadas através do uso racional do manejo, e o dinheiro vai ser retornado aos índios de Mato Grosso. Então, por favor, eu queria pedir o apoio dessa Casa.

Eu encerro aqui falando da coerência do nosso querido colega Deputado Oscar Bezerra, do Avallone, o governo vai começar a cobrar isso, e em um ano nós estaremos revisando tudo isso.

Então, parabéns, Assembleia, que fez toda essa articulação, nós estamos aqui, não pessoalmente, mas dando suporte e levando os encaminhamentos como foi do Fethab de ser até quatro anos, também somos a favor de cobrar as taxas da mineração, mas com coerência, principalmente para respeitar as cooperativas que estão trabalhando, as grandes empresas que estão se instalando no estado, não podemos errar.

E usem mais o IMEA e o IEL, Presidente Botelho, a nova Mesa Diretora, aí, tragam essas instituições... (TEMPO ESGOTADO)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado Xuxu.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Só para finalizar, Botelho.

Seria um ganho muito importante para as comissões e para os Deputados quando for discutir questões tributárias, questões de taxas, fundos, impostos, trazer o IMEA e o IEL para auxiliar na formação de ideias e opiniões. Eu percebo em muitos Deputados, às vezes, defendendo as suas ideias, mas é completamente fora de realidade.

Nós temos aí um tratorista, um aplicador de fertilizantes, um colhedor de máquina, ganhando dez, quinze mil reais. Então, a gente tem que ter uma racionalidade, o custo de vida lá nas nuvens. Quando a gente for discutir realmente os ganhos ou a cobrança de impostos, nós temos que se basear pela realidade atual. E aí nós temos que ter humildade, a Assembleia pode fazer convênios com IMEA, com o IEL, para poder trazer mais subsídios para os Deputados melhorarem na formação de suas opiniões.

Muito obrigado a todos, uma sessão muito produtiva.

Parabéns, Botelho, pela condução aí, ao Max, e todos os colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina Riva.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Presidente, eu quero reforçar aqui o que foi dito pelo colega Deputado Avallone. Nós estamos tentando fazer o melhor, com um tempo muito curto, e sem conhecer a fundo sobre o problema. Isso é um problema.

Quando, Deputado Oscar, nós estávamos na sala de reuniões, a cada hora alguém chutava um valor. Quer dizer, sem ter conhecimento, nós vamos votar uma matéria de forma célere e estamos correndo um risco aqui de cometer, como disse o Deputado Oscar, uma grande injustiça com os mineradores do nosso estado.

Imaginem vocês aprovarmos uma lei mexendo com toda a estrutura da Assembleia Legislativa sem discutir com ninguém. É o que aconteceu aqui, e é o que está acontecendo aqui. Quando a gente fala de minerador, a gente está falando de minerador e parece que é só dos milionários e bilionários. Vários pequenos garimpeiros que estão aqui, a exemplo, que são de Peixoto de Azevedo, que vieram aqui e só estão tendo ciência do que vai ser votado porque estão aqui na Assembleia.

Cattani, cada cooperativa tem milhares de garimpeiros que estão ali trabalhando agora em campo e nem sabem que a Assembleia está votando algo que vai mudar toda a sua vida e até mesmo da sua família.

Então, eu acredito, Presidente, ser de enorme irresponsabilidade a gente não apreciar isso com mais tempo.

Mas quero parabenizar o Dilmar, porque o Dilmar, mesmo com pouco tempo que teve, ele se debruçou, ouviu ou tentou ouvir todo mundo que veio na Assembleia e tentou fazer dali a melhor proposta possível.

Mas, como disse o Oscar aqui... Eu tive em Juína, Presidente, quase dois mil votos. Juína ainda é um setor de grande estímulo, além do setor de base florestal, o setor de mineração. Vocês sabem quanto está ficando o quilate do diamante lá? Não vai conseguir competir com ninguém. Está mais de sete mil reais bruto, como disse o Oscar, bruto, nós não estamos falando de diamante comercial que a gente vai na joelheria e compra. “Ah, vai acabar...” O que que vai acontecer? Aumentar a sonegação, e vão começar a fazer lavagem para poder emitir nota em outros estados do diamante que é? De Mato Grosso, isso no diamante que é de Juína.

O grupo Nexa, que muitas vezes aqui a gente ouviu falar, alguns falando até com desdém: “Ah, aquele povo tem que pagar”. Quem, gente, que tinha coragem de investir em Aripuanã como o grupo Nexa fez, com as estradas ruins que temos em Mato Grosso... (TEMPO ESGOTADO)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - ...Com as estradas e a infraestrutura, Cattani, que tem Mato Grosso? Você acha que o grupo Nexa, Votorantim, teria vindo para Mato Grosso para pagar um imposto desse tamanho com as estradas que nós temos? Não tem nem asfalto em Aripuanã! Esses dias eu fui pedir para uma carreta do câncer ir para lá... “Ah, Deputada, não dá para ir, porque lá não tem asfalto, não vai na estrada de chão.”

Então, a gente tem que ter respeito por quem acredita, por quem produz aqui. E os mineradores são corajosos! Eu não tenho coragem de ser mineradora para sofrer igual esse povo sofre. E ainda ter que apostar na bolsa, porque se cair o ouro lá... caiu, veio para 200 reais, e daí como é que fica? É atividade de risco garimpar. E garimpar em Mato Grosso não é fácil. Mas estão sendo tratados aqui como se fossem os mais ricos do mundo.

Sabe o que vão fazer aqui? Vão fazer igual fizeram com o avião, “vamos taxar avião, só rico tem avião.” Sabe quantos aviões, João Paulo, sobraram em Mato Grosso? Nenhum. Todos foram para Mato Grosso do Sul. A bebida, “vamos taxar a bebida, porque a bebida é de luxo.” Quanto que arrecada com a bebida? Nada, tudo sonogado, tudo sonogado! Vão fazer o mesmo com a mineração e vão colher os frutos disso. Agora, que é uma irresponsabilidade é.

E outra, Botelho, se me permitir mais um minuto. “Vamos botar para a Sema fiscalizar”... “Oh! Mas a Sema é um exemplo de bom serviço, né?” Que que é isso? Nada anda! CAR demorando seis anos. Você vai conseguir um CAR, Moretto, é na obrigação de fazer. E vários, Botelho, escritórios paralelos - que precisam ser investigados - para aprovar mais rápido, para dar celeridade. Mais competência para a Sema? Negativo, sou contra também.

Então, começa por aí. Eu vejo isso que estou falando para Vossa Excelência, em vez de pegar... pega a média do Brasil, cria a média do Brasil e passa para a mineração. Não! Mato Grosso quer ser sempre o campeão da taxa. E o desgaste, não achem vocês que fica para o governo, não; a avaliação do governo é 80% positivo; da Assembleia, 50%. Então, comecem a pensar sobre isso, para o governo está bom, está ficando ruim é aqui.

Obrigada, Presidente. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Muito bem, Deputada Janaina.

Deputado Dilmar Dal Bosco.

Deputado Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO - Quero pronunciar a minha fala aqui, Presidente, mais ou menos na mesma linha dos nossos colegas Avallone, Wilson Santos, que eu tive a oportunidade de ser prefeito no município de Nova Lacerda, quando a mineradora estava trabalhando.

E lá, naquele momento, nós tivemos muito êxito em trazer muita riqueza para o nosso município; só que, quando foi embora, também trouxe muita pobreza, deixou muita gente entristecida.

E com isso, várias pessoas lá buscaram no seu ramo, na sua atividade, essa busca de sobrevivência. Falei na tribuna passada que os nossos garimpeiros trabalham, estou defendendo o Estado de Mato Grosso, em especial a minha cidade de Pontes e Lacerda, que é uma cidade que tem muito ouro, tem o Caldeirão, que já foi bastante... matéria até do Jornal Nacional, uma região que tem muito minério, muito disputado e muito concorrido lá em Pontes e Lacerda. Há os grandes, mas temos pequenos produtores também, e esses pequenos... a minha preocupação com essa taxa é tirar os pequenos, porque o grande se adequa, tira não sei de onde, e ele acaba pagando, mas o pequeno vai ficar... já é difícil; as nossas cooperativas, que nós temos lá na região, já não avançam, e uma das responsabilidades é essa “burrocracia” que tem para a exploração desse minério.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

E agora nós temos mais essa taxaçaõ que vem, e eu acho que vem de forma desigual, ainda bem que colocamos aqui para a gente rever isso dentro de um ano, para que a gente possa olhar melhor para os pequenos garimpeiros, pequenas associações, isso tem que ser revisto. Não deu tempo, não deu prazo, chegou em cima da hora, mas o prazo de um ano é para a gente fazer adequação, olhar essas pessoas que moram e trabalham e têm coragem de tirar do suor o seu sustento. Lá não tem bandido, não tem ladrão, não tem presidiário, não tem ninguém. São homens e mulheres de bem, que trabalham para sustentar as suas famílias.

Então, o pequeno garimpeiro, que tem a sua atividade econômica e sustenta a sua família dessa extração, tem que ter o respeito desta Casa, tem o meu, e tenho certeza de que vai ter de todos os parlamentares que estão aqui.

E é um tema realmente novo para a Assembleia, mas para mim que estou em Pontes e Lacerda, conheço bem essa pauta, já vi muitos amigos nossos injustamente serem presos, serem indiciados irregularmente. E a Sema é uma das grandes responsáveis por isso... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Um minuto para o Deputado Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO - Nós vamos colocar a Sema para mais uma vez travar o Estado de Mato Grosso, porque eles não fazem lá nem o mínimo do mínimo, que é arrumar um CAR, arrumar uma APF, fazer um Prad, regularizar a situação ambiental que nós temos no estado para o nosso produtor. E agora vai acabar, porque lá o pequeno já não tem vez, Nininho, e agora vai acabar de matar mesmo, entendeu? Já matou o pequeno agricultor que não tem APF para fazer financiamento, e agora vai ajudar a acabar de matar o nosso pequeno minerador também. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO FALA COM O SR. VALMIR MORETTO.)

O SR. VALMIR MORETTO - Graças a Deus! Ainda bem que fizeram, se tem uma coisa boa que fez foi tirar a Sema desse órgão. Nós estamos trabalhando com a Serra Ricardo Franco, pensa numa situação, o MP quer resolver a situação, e a Sema não entrega os documentos para analisar, o Parque da Serra Ricardo Franco, os valores inverteram... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO - Aproveito que nós estamos falando da Sema, para falar aqui que há dias venho cobrando da Casa Civil, venho cobrando aqui do Parlamento, uma atenção para a Serra Ricardo Franco, que já está bem consensuado com o MP, e a Sema e o governo não conseguem entregar o mínimo dos documentos para fazer a análise para fazer a readequação do parque; e nosso produtor, mais uma vez, insatisfeito.

E agora nós criarmos mais uma taxaçaõ para prejudicar, mais uma vez, aqui na Assembleia Legislativa, quem trabalha e produz neste estado.

Então, precisamos tomar cuidado a quem nós vamos entregar a direção de fiscalizar esses órgãos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Próximo, Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DR. EUGÊNIO - Muito boa noite a todos.

Hoje está parecendo, Presidente Botelho, quando nós fizemos a votação da convalidação dos incentivos fiscais. Fez lembrar um pouquinho aquele período no qual nós... mais de doze horas de sessão para votar temas relacionados à cobrança de impostos.

O que eu estou achando interessante nessa discussão, primeiro, é o valor econômico do tema que está trazendo para Mato Grosso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

E outra coisa, Deputado Wilson Santos, é a questão da geografia, a maior parte dos mato-grossenses, e aqui da Assembleia Legislativa não é diferente, não sabiam nem o que é produzido no subsolo do nosso Estado de Mato Grosso. E eu achei interessante, porque isso está trazendo à tona essa discussão, para que nós possamos pelo menos conhecer, se não conhecemos como funciona o mercado dos produtos retirados do nosso subsolo, pelo menos que nós possamos conhecer um pouco da geografia do nosso Estado de Mato Grosso.

E foi condição *sine qua non*, para que eu pudesse votar junto com o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que parte desses recursos que serão arrecadados com essas taxas fiquem nos municípios do qual o minério é extraído.

Eu sou mineiro, e lá nas nossas Minas Gerais estão acabando com as nossas serras, que são as coisas mais lindas que nós temos, lá em Minas. E a gente vê o minério de ferro sair, ir para a China e depois voltar industrializado, simplesmente acabando com o nosso sistema ecológico. Inclusive, tivemos no ano passado uma discussão muito intensa com a exploração da Serra do Curral, que fica nos arredores de Belo Horizonte.

Então, é um tema extremamente importante. É importante que parte desse recurso fique no município, para que o município possa ajudar na reestruturação daquilo que foi prejudicado, apesar de que no projeto de exploração do subsolo, a empresa assume automaticamente a responsabilidade com a parte ecológica afetada pelos projetos ambientais.

Então, esses valores... E foi importante ter colocado no texto, foi uma ideia que nós colocamos também, da revisão anual que esse tema tem que ter, porque nós desconhecemos esse tema, desconhecemos, e votar algo que nós desconhecemos, apesar do trabalho brilhante que a CPI da Sonegação Fiscal teve, mas não foi focada exclusivamente na exploração do minério... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos para o Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DR. EUGÊNIO - Tanto é que o presidente da Comissão de Sonegação Fiscal sugeriu uma comissão permanente para que possa manter os estudos desse tema.

Então, eu acho fundamentais essas mudanças que ocorreram. O setor quer participar, eu senti que o setor quer participar, não só quer, mas tem a obrigação também, haja vista que todos os setores estão participando da contribuição dos impostos no nosso estado, e eles - eu senti - não querem negar a sua participação, mas querem pagar algo que não inviabilize e que tenha um retorno à nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, encerrada a discussão. Vamos para a votação... Calma aí, só vou ler aqui, tá? Daí eu passo para o senhor.

Institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM e o Cadastro Estadual de Controle das Atividades de Pesquisa... O parecer é favorável da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Recursos Minerários, nos termos do Substitutivo Integral nº 02, rejeitando o Substitutivo nº 01, acatando a Emenda nº 09, rejeitando as Emendas nºs 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13 e 14, bem como pela rejeição do Substitutivo Integral nº 01 e pela prejudicialidade das Emendas nº 01, 02, 03 e 04. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nos termos do Substitutivo Integral nº 02, rejeitando a Emenda nº 09, restando prejudicado o Substitutivo Integral nº 01, bem como as Emendas nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13 e 14.

Em discussão. Para discutir, Deputado?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O SR. WILSON SANTOS - Só para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu só quero saber o seguinte: quais os destaques que os Deputados pediram? Depois disso eu vou passar para o senhor, aí cada um informe os destaques que estão pedindo.

Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Eu já vou informar a Vossa Excelência. Peço os destaques para as Emendas nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 10 e 11. (REPETINDO) 02, 03, 04, 05, 06, 07, 10 e 11. (REPETINDO) 02, 03, 04, 05, 06, 07, 10, e 11. São oito emendas: 02, 03, 04, 05, 06, 07, 10 e 11, Presidente.

Presidente, nós debruçamos sobre esse tema aqui durante anos, senhor Presidente. A Comissão Parlamentar de Inquérito convidou vários empresários da mineração, esteve aqui presente o senhor Filadelfo Dias, o senhor Priminho Antônio Riva, o senhor Nei Souza, popular Nei Garimpeiro, e outros. Todos foram tratados com muito respeito de forma urbana, e todos eles disseram, e eu tenho registrado nos anais da Assembleia, em áudio e vídeo, em sites, em jornais, todos eles disseram que o setor da mineração sonega muito.

O senhor Priminho Riva chegou a dizer que, para cada um real na área do ouro que é pago legalmente, são sonegados entre sete e oito reais. Isso está registrado em vídeo, em áudio. O senhor Filadelfo Dias foi mais longe, o senhor Filadelfo disse aqui que, para cada um real arrecadado oficialmente sobre o ouro, o setor sonega dez reais.

O que o Governo do Estado está propondo para tributar não é absurdo. Vou citar aqui alguns números. No setor, senhor Presidente, no setor do ouro, o governo propõe 0,018. Isso dá, senhor Presidente, 3.974 reais por quilo, 3.974 reais por quilo. Sabe quanto custa o quilo do ouro no mercado, o que está embaixo? 270 mil reais. Chegou a mais de 300 mil reais o quilo do outro. O governo quer apenas 3.974, prefeito Tatá, de um quilo que está 270 mil reais. E que sobre ele só se paga IOF, 1,5%, e a CFEM de 1,5%. Isso vai quebrar alguém? Não vai quebrar ninguém... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos para o Deputado Wilson.

O SR. WILSON SANTOS - Vamos a outro minério, o manganês, senhor Presidente. O governo propõe aqui 0,05... 0,05 sobre o manganês. Sabe quanto que dá isso aí? Onze reais e quatro centavos sobre o quilo do manganês? Não! Onze reais e quatro centavos sobre a tonelada, sobre mil quilos de manganês. E sabe quanto custa o manganês no mercado, senhor Presidente? Duzentos e cinco reais a tonelada, custa 205 reais em média, o governo quer cobrar 0,05 da UPF, que dá 11,04 reais.

Vamos agora para o zinco, senhor Presidente. Temos nada contra a Votorantim, pelo contrário, ela está em Nobres, está em Cuiabá, que venha para Tangará, que venha para Cocalinho, Alta Floresta, que continue em Aripuanã, onde tem uma mina de polimetals. Lá ela explora zinco, cobre, mas vai explorar depois: diamante, ouro. São cinco metais que ela vai explorar lá, senhor Presidente. É uma fábula aquela mina, lá. Sabe quanto é que nós estamos propondo, o Governo do Estado, sobre o zinco? O governo quer 0,326, que dá 71 reais por tonelada. E aqui, junto com o Deputado Nininho e outros colegas Deputados, nós estamos propondo 0,600: 132 reais por tonelada.

Então, senhor Presidente, esses coeficientes, esses números apresentados na... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Olha, o Deputado Cattani está sugerindo, Oscar, que cada um discuta na hora do destaque. Vocês concordam?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O SR. OSCAR BEZERRA - Pode ser. Eu quero colocar em destaque o quatorze, por favor.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Quatorze.

O nosso destaque é o nº 14.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Porque se vocês insistirem, eu tenho que passar a palavra, porque eu sou escravo do Regimento, e estou em campanha para Presidente. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, Deputados Carlos Avallone e Allan Kardec, eu vou passar para vocês ao longo da ...

O SR. CARLOS AVALLONE - Botelho, só para colocar em destaque a Emenda nº 09.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim.

O SR. CARLOS AVALLONE - Emenda nº 09 em destaque.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Emenda nº 09.

(O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ah, tá. *Ok*, então, por favor abaixe a mão, Allan... Allan Kardec, abaixa a mão aí, por favor.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Vamos discutir no destaque então, Botelho?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - É a sugestão do Cattani, porque vai ter várias emendas, quase todas em destaque. Daí abre para a discussão. Tudo bem?

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Beleza, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Beleza.

Então, aqueles que forem favoráveis ao parecer da comissão permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. Com o voto contrário do Deputado Ulysses Moraes... só Ulysses Moraes, um voto só, do Ulysses Moraes, que não quer cobrar o povo do barão do ouro. (RISOS) Os demais... Aprovado.

Então, para os destaques, a primeira... Emenda nº 02.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Cadê a Emenda nº 02 aqui, Zé? (FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Emenda nº 02, do Deputado Wilson Santos. Acrescenta § 6º ao Art. 5º do Projeto de Lei nº 955/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º (...) § 6º Em contrapartida o município com atuação mineradora fica obrigado concorrentemente com a União e o Estado a atuar na fiscalização da atividade mineral, e compor equipe de profissionais capacitados para o exercício da atividade.”

Em discussão. Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, na verdade, essa emenda deveria ficar mais pra frente. Por que o que é que nós propusemos? Caso os municípios recebam nesta noite aqui a autorização do Parlamento para repartição dessa taxa, que os municípios recebam os 50% que eu proponho, ele ficará responsável por apresentar uma contrapartida. Qual é a contrapartida? Montar uma equipe com profissionais habilitados para acompanhar junto ao Estado e junto à União, a fiscalização sobre as áreas mineradoras, a fiscalização em relação à degradação ambiental, à contaminação dos veios. O prefeito Tatá me disse hoje que a sede de Poconé está com problema enorme de água, problema gravíssimo de água em Poconé, mais de 20 mil pessoas habitam a sede de Poconé. Quem é que vai resolver isso agora? Causado pelos garimpos, provocado pelos garimpos,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

que não respeitam o perímetro urbano, estão lá dentro do perímetro urbano de Poconé, provavelmente contaminando essa água com mercúrio.

Houve operação da Polícia Federal, recentemente, lá em Poconé, e nós vamos continuar fazendo vista grossa? Está aí o prefeito, sentado ali desde o início desta sessão.

Então, eu proponho que, ao receber uma parte dessa taxa, o município assumira responsabilidades em montar uma gerência, uma coordenadoria, uma superintendência, com geólogo, com técnicos, que irão ajudar o Estado e a União na fiscalização da atividade mineradora daquele município.

Só isso, Presidente. Mas eu peço a Vossa Excelência, por uma questão de ordem, que deixe essa emenda mais para frente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok, eu vou deixar essa emenda, porque realmente ela vem na sequência da outra que ele apresentou, fica meio sem nexo... (A SR.ª JANAINA RIVA FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não, é porque... (O SR. PRESIDENTE FALA COM A SR.ª JANAINA RIVA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Emenda nº 03, do Deputado Wilson Santos. “Acrescenta a alínea g ao inciso I ao Art. 5º do Projeto de Lei nº 955/2022, que passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 5º (...) g) calcário h) brita.”

O Deputado Wilson Santos está acrescentando um valor em cima de calcário e brita.

Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, na verdade eu estou incluindo na relação de minérios tributáveis, porque na mensagem do governo não inclui calcário nem brita. Qual é a minha proposta? Que se estabeleça o mesmo coeficiente 0,003 da UPF. Isso vai dar 66 centavos, 66 centavos, menos que um real por tonelada de calcário. O calcário atua em duas áreas, para a agropecuária, ele é isento em Mato Grosso, ICMS zero, não paga nada. As empresas produtoras de calcário não pagam nada para agricultura e para a pecuária quando o calcário é utilizado nessas atividades, paga apenas na atividade para a formação de cimento; quando é para cimento, o calcário está pagando.

Eu estou proponho que o calcário, senhor Presidente, também utilizado na agropecuária, possa pagar, minimamente, 66 centavos por tonelada. Isso não quebra empresário nenhum e ajuda de maneira razoável os municípios e o Estado de Mato Grosso.

É apenas isso, senhor Presidente, incluir na relação de minérios tributáveis o calcário e também a brita, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DR. EUGÊNIO - Colegas Deputados, Deputada, eu acho que nós estamos tendo saudade de uma época de governos anteriores. Acho que nós estamos tendo saudade do governo Silval Barbosa, daquela bagunça generalizada. Depois saudade do governo Pedro Taques, quando o salário dos servidores era parcelado, era pago fora do mês, saudade de uma época que eu imaginei que tivesse ficado para trás.

Quando eu vejo querer pedir a taxa de calcário, dizendo que os mineradores, que os empresários não pagam imposto, é a mesma coisa que não querer reconhecer a importância que a agropecuária teve para o Estado de Mato Grosso. Se hoje nós estamos vendo 28% dos investimentos em infraestrutura acontecendo na minha região do Araguaia, é porque tem uma categoria da agropecuária que está sendo sacrificada e está pagando esse Fethab, que na verdade é

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

justo, porque um estado que vive de *commodities*, logicamente que ele não pode se dar ao luxo de não taxar essas *commodities*.

Agora, querer achar que esses empresários vão pagar imposto é surreal. Porque esses impostos obviamente serão repassados para os produtores, serão repassados para os pecuaristas, serão repassados para aqueles que ajudaram a transformar o nosso Estado de Mato Grosso, e eles serão bitributados com essa nova inclusão desse minério nesse rol das tarifas que hoje está sendo proposto aqui nesta noite.

Então, senhores Deputados, aqueles que gostam de nosso Mato Grosso, não é justo querer colocar mais esse peso agora em cima da nossa agropecuária. “Ah, eles ganham muito dinheiro, estão rachando o bico de ganhar dinheiro!” Ganhar dinheiro neste país é proibido? E agora ouvi: “Ah, porque você defende o agro.” Eu não sou representante do agro, não! Eu represento a minha região do Vale do Araguaia, e é uma região que vive da agropecuária, que depende da agropecuária. Eu não estou aqui representando Famato, não estou representando Acrimat, Acrismat, não represento esse povo. Eu represento é a agropecuária da minha região do Araguaia. E para isso, um absurdo como esse colocar o calcário nesse rol de taxaço, nós... esta Casa não pode aceitar de forma alguma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, senhor Presidente.

Primeiro, parabenizar as palavras do Dr. Eugênio aqui.

É difícil para mim ver as pessoas querendo tanto ver o fim do agronegócio no nosso estado. Primeiro falaram aqui que a Lei Kandir está aqui há duas décadas, e é verdade. E é por isso, por ela estar aqui há duas décadas, que o Estado de Mato Grosso é o que é.

Quando você fala de taxar o calcário, você não está falando do grande produtor rural, você está falando de todos os produtores rurais. “Ah, mas a empresa é que vai pagar”. Quando você comercializa qualquer produto, o comerciante não paga imposto, o comerciante nunca paga imposto, o comerciante anexa o imposto no preço do produto. Então, quem paga o imposto é o consumidor final. Você, taxando o calcário, você estará taxando o pequeno produtor, muito mais do que o grande, porque o grande, quando compra em grande quantidade, ganha desconto; o pequeno, não. Então, você está taxando todos os produtores rurais.

Eu mexo com leite, tirado à mão, e preciso de calcário para poder corrigir minhas pastagens. O calcário faz a correção do solo, e é necessário em qualquer tipo de atividade, até para plantar, Wilson, os limões que você produz. Se você não usou calcário, você está pecando; você não será um bom produtor de limão, se você não usar calcário, pelo menos na primeira planta. Então, você precisa. E se você taxar o calcário você vai pagar mais caro para você produzir os seus limões orgânicos, que eu ouvi dizer que são muito bons.

Outra coisa que está sendo colocada nesta mesma emenda, ou na próxima, é a taxaço da pedra brita, senhor Presidente, que vai afetar diretamente as pessoas que mais precisam construir a sua casinha, que compraram o seu terreninho lá no bairro que nasceu agora, com lote parceladinho, e ele precisa de um metro de pedra brita para poder fazer o alicerce, onde vai fazer um traço de massa na enxada, no chão, com dois carrinhos de areia, um de brita e um saco de cimento, para fazer o concreto. Vai taxar diretamente o pequeno, não é o grande. E quando você fala que a indústria é que vai pagar, é mentira, quem vai pagar é quem vai comprar a pedra brita e o calcário.

Então, nós somos totalmente contra, quero pedir a todos que votem contra essa emenda para que não sejam taxados esses dois setores.

Obrigado, senhor Presidente. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina Riva.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Não, Presidente, o Deputado Cattani falou tudo aqui, né? Nós conversamos no governo o seguinte: calcário hoje é essencial para a agricultura, já existe o Fethab, nós já temos outras taxas que são pagas hoje pelo setor agropecuário, inclusive impostas pelo Governo de Mato Grosso. Se houvesse o interesse do estado de taxar mais uma vez o calcário, eles teriam enviado na proposta original.

Então, a gente está inventando aqui ainda mais segmentos a serem impactados. Quando o Deputado Cattani fala da areia e fala da brita, que ele citou aqui, é quase item da cesta básica da construção, do pobre ao rico usa areia, brita. Então, não tem sentido, em minha opinião, cobrar mais em cima seja do calcário, seja da areia, seja da brita.

Eu vejo, Presidente, que nós aqui, enquanto Deputados, nós devemos votar contra também o destaque, respeitando também, é natural o ensejo do colega em apresentar qualquer que seja a emenda, mas não dá para a gente taxar aquilo que já é taxado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - É só para registrar também que o meu voto será pela não cobrança do calcário e da brita, lembrando que no Fethab já é cobrado sobre o calcário, sobre a agricultura. Portanto, já é paga para a agricultura a taxa do Fethab. Então, não tem sentido a gente colocar mais esta cobrança em cima do agronegócio. Então, eu sou contra.

E concordo com a Deputada Janaina que nós estamos falando da cesta básica do material de construção, nós estamos falando de atender a todo mundo aí. Então, não tem sentido nós fazermos mais essa taxa em cima do calcário e da brita.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Botelho, na mesma linha... na semana passada eu já havia falado que, quando você cria qualquer taxa, imposto, sobre qualquer insumo de produção de alimentos, você está deixando a comida mais cara. Então, é o calcário... eu ouvi antes um Deputado falando sobre produtos, agrotóxicos, tudo isso impacta no preço da comida, e quem paga é o consumidor final. Então, são meros repassadores, tanto a indústria como o produtor rural, é tudo repassador. Então, eu me solidarizo aí, sendo contra.

Mas eu quero parabenizar o Wilson Santos pela primeira emenda. É fundamental que os municípios e o estado realmente façam uma fiscalização eficiente e também discutam aí, Presidente Botelho, nós havíamos falado sobre pesquisa e inovação. Não tem como a gente falar no potencial que Mato Grosso tem na área de mineração, sem falar de pesquisa e inovação. Nós temos em Sorriso, onde moro, mais de doze centros de pesquisa na área de agropecuária.

Quantos centros de pesquisa nós temos na área de mineração, Deputados, se nós estamos falando que nós podemos ser um estado que vai arrecadar muito mais do que a agropecuária? E sobre a questão do meio ambiente, como a recuperação pode ser feita? Através de pesquisa e inovação, procedimentos, critérios para implantar as novas minas, jazidas.

Então, tudo isso... eu vejo todo mundo falando de arrancar o ouro, de arrancar os minerais, mas os procedimentos, o impacto para a questão social, essas pessoas que vão permanecer ali, depois fecham as minas... Foi igual algumas regiões do setor de base florestal, as pessoas tinham que estar sendo preparadas para serem reinseridas no mercado de trabalho.

Então, são várias situações que a gente tem que estar discutindo aí.

Então, parabeno o Deputado Wilson pela primeira emenda, que eu apoio. Mas a segunda emenda acho que está bem fácil de entender, Botelho, não tem como deixar a comida mais cara para o cidadão, para querer cobrar logo do calcário, que é fundamental, é essencial para a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

produção de qualquer coisa no estado que nós temos, que tem a predominância do cerrado e um solo que é necessário para poder produzir. Então, eu sou contra esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Presidente, eu ouvi bastante defesa aí, acho que nem vai precisar falar como orientação para a votação para não acatar a emenda que foi proposta pelo colega Deputado Wilson Santos.

Eu também sou do setor produtivo do Estado de Mato Grosso, e nós já contribuímos, vamos bitributar o produto final. Quanto que a soja significa em detrimento da quantidade de valor investido pelo empreendedor ou pelo agricultor para o resultado final, que nós cobramos o Fethab.

Então, muitas vezes tem uma inversão de entendimento e olha o agricultor com o resultado final. Eu gostaria que o preço do boi, a arroba do boi fosse toda para o agricultor, sem o custo da pastagem, do calcário que é jogado, do adubo que é jogado, do funcionário que é pago. Mesma coisa na agricultura, o financiamento da máquina agrícola, tudo que é composto para se chegar à produção. Hoje, o setor agrícola, a não ser grandes empreendedores que estão... a maioria dos pequenos empresários estão devendo, e devendo muito, altíssimo.

Então, por isso, só a orientação da base do governo é não acatar a emenda em destaque aí para a votação, votando não à emenda.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que forem favoráveis ao parecer da comissão permaneçam como estão, quem for contra o parecer e a favor da emenda do Deputado Wilson se manifeste.

(A SR.ª JANAINA RIVA FALA COM O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim.

Com um voto do Deputado Wilson, dois do Deputado Barranco, a emenda está rejeitada.

Emenda nº 04, do Deputado Wilson Santos. Acrescenta o § 5º ao Art. 5º do Projeto de Lei nº 955/2022. Parágrafo 5º 50% do valor arrecadado pela taxa de controle e acompanhamento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários deverá ser repassado aos municípios com atuação mineradora, proporcionalmente.

Em discussão. Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, o município é o ente mais frágil do pacto federativo. E isso nenhum partido político conseguiu modificar ao longo do período republicano do Brasil. Quase todos os partidos políticos, das mais distintas ideologias, exerceram o poder na república brasileira desde 1889. E esse pacto sempre foi mantido, esse pacto foi introduzido pela Constituição Imperial de 1824, outorgada pelo jovem imperador Dom Pedro I, que quis impor ao Brasil uma constituição quase absolutista.

E, dentro desse pacto federativo, quase toda a receita nacional permanece nas mãos da União, senhor Presidente. Hoje, aproximadamente 62% com a União, 21% com os estados e apenas 17% com 5.570 municípios. É um desequilíbrio, senhor Presidente, e isso, ninguém, nem a forma de governo monárquica, nem a forma de governo republicana, nenhuma agremiação partidária conseguiu reequilibrar essa distribuição.

Disse há pouco, e repito, em países desenvolvidos, em países de primeiro mundo, notadamente nos países que compõem o G7, 50%, no mínimo, da receita nacional ficam com os municípios. É no município que o cidadão vive, que o cidadão trabalha, que o cidadão pratica esporte, lazer, estuda, é no município; a figura do estado é uma figura abstrata, é uma figura abstrata, o que existe de fato é município e União, tanto é que muitos países extinguiram a figura intermediária do estado, da província, dentre eles a França, onde não existe a figura do estado, da

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

província. É União e município, são milhares de municípios na França, e assim existem em outros países.

Não dá, senhor Presidente, para criar uma taxa neste estado e não compartilhá-la com os municípios... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Não dá, senhor Presidente, para criar uma taxa neste estado e não dividi-la, não compartilhá-la, Deputado Eugênio, com quem vai ficar com a degradação ambiental.

Eu convido os colegas Deputados a sobrevoarem regiões de garimpo de Mato Grosso, os senhores vão se assustar. O mundo ainda vai ver as imagens de Poconé, Livramento, etc... o mundo ainda verá o que está acontecendo. Muitos empresários não cumprem o Prad - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, e esse passivo fica para o município; depois que o garimpo passa, o passivo social fica com o município.

Então, a minha emenda, a Emenda nº 4 propõe que 50% dessa taxa fiquem nos cofres do município.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, senhores Deputados, eu estava aqui no telefone falando... junto com o Deputado Nininho, olhando uma situação. E também não entrei no detalhe do início, quando a Deputada Janaina e o Deputado Oscar Bezerra me elogiaram aqui, elogiaram assim o trabalho que foi feito, até porque até quando falou do manganês, ninguém me trouxe nenhuma situação do manganês, ele estava até em erro de redação... falando no inciso VII e depois no X novamente que virou, então tinha duas cobranças e nós corrigimos a cobrança. Mas ninguém falou que seria baixo, pequeno, alto, para discutir. Todos os setores, todas as pessoas que trouxeram para mim alguma informação, Deputado Lúdio, nós estudamos, em tudo.

Da mesma maneira, eu sou contra cobrar o ouro, por exemplo, sou contra cobrar. E quando teve na votação, que infelizmente... que está aqui o setor do garimpo lá de Peixoto de Azevedo, o prefeito Bruno que estava aqui, lá no próprio Peixoto de Azevedo, já sem nós votarmos, estamos discutindo a lei para votação, já colocaram: o Deputado Dilmar já votou, por causa da lei... Agora que a lei está indo produzida com todos os detalhes do Parlamento para definir qual que seria o valor a ser cobrado. Mas não, lá tiveram a coragem, alguém, uma pessoa, duas pessoas, querendo difamar quem está produzindo, quem trabalha.

Eu sempre falei no Parlamento que se você quer discutir, pedir vista e não contribuir com nada, não participa. Mas não critica quem trabalha, quem produz, quem ajuda. E este é outro detalhe, tratar aqui do Prad, que não é responsabilidade do município, Prad é de responsabilidade de quem fez o projeto, que tem que ir lá cumprir com o que está na aprovação, na licença ambiental. Nós não podemos fazer aqui, agora, colocar mais recursos onde os municípios já recebem, município já recebe CFEM, tem município que recebeu onze milhões de reais, o município de Peixoto, mais de nove...

O SR. WILSON SANTOS - Nenhum município recebeu isso, Excelência, me desculpe. Aponte qual município, aponte qual município.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Eu falei um aqui, Peixoto, está aqui o prefeito, até se o senhor permitir, ele fala.

O SR. WILSON SANTOS - Onze milhões de CFEM?

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Poconé recebeu quanto esse ano?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O SR. WILSON SANTOS - Está negando, não é verdade, Vossa Excelência não pode faltar com a verdade, Excelência.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Onze milhões de reais foram repassados para o município.

O SR. WILSON SANTOS - A título de CFEM?

O SR. DILMAR DAL BOSCO - IOF também.

O SR. WILSON SANTOS - Ah, bom! Então fala direito.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Tudo bem, mas contribuiu aí. Onze milhões de reais, ou o prefeito não recebeu? Peixoto recebeu ou não nove milhões?

O SR. WILSON SANTOS - Vossa Excelência disse aqui e está gravado.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Mas está bom, Wilson, se é CFEM, se é IOF...

O SR. WILSON SANTOS - Eu estou tratando de coisa séria, né?

O SR. DILMAR DAL BOSCO - ...São 101 milhões de reais.

O SR. WILSON SANTOS - O senhor é líder de governo, o senhor tem que ter dados precisos.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Presidente, o Wilson usou o tempo dele, eu gostaria de usar o meu tempo, aqui não há aparte nesses assuntos. Então, que venha a prefeitura falar o que que ele fez para ajudar a atividade de minério no município. Porque eu, para mim... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos para o Deputado Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - A Nexa do Brasil, a exemplo em Aripuanã, já tem mais duzentos milhões de reais no caixa da prefeitura de tantas contribuições da Nexa, gerando dois mil empregos. Ou o setor não gera emprego também lá em Poconé, lá em Pontes e Lacerda? O setor ajuda. E o salário do trabalhador também vai para o comércio local, do município. O setor do garimpo é o setor que mais movimenta Peixoto de Azevedo. E não movimenta só a prefeitura, movimenta todos os comércios e depende do setor.

Agora aqui nós estamos querendo criar uma taxa e já colocar os municípios. Eu gostaria também que revisasse então, o meu município, Sinop, produz soja e paga Fethab. Será que também vamos pegar o dinheiro que é repartilhado aos municípios do Fethab que não são tantos os produtores de soja e também vamos colocar o produtor?

Então, queria que a base do governo também não votasse nessa emenda, porque é prejudicial. Eu conversei aqui com alguns colegas Deputados, se for o caso nós colocarmos de maneira generalizada a todos os 141 municípios, como é o Fethab, a distribuição então de 10% do valor arrecadado para ser partilhado a todos, até porque o Fethab é a todos. Tem município, como... Paranatinga é o município que mais recebe recursos do Fethab. Então, quem que mais paga recursos do Fethab óleo diesel dentro do Estado de Mato Grosso? Município de Cuiabá, depois Rondonópolis, a minha cidade de Sinop, Várzea Grande, e não é proporcionalmente... é a mesma coisa.

Então, nós temos que analisar bem, não é querer vir defender de uma maneira que não convém ao geral do Estado de Mato Grosso e aos municípios que mais precisam.

Então, Presidente, aqui da mesma maneira a orientação do governo é para não acatar o destaque dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, para encaminhar, Deputado Wilson.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Senhor Presidente, é inaceitável, senhor Presidente, é inaceitável! Não estamos mais discutindo aqui tributo, alíquota, coeficiente, estamos discutindo se o que for arrecadado ficará só com o Governo do Estado ou se ficará com o Governo do Estado e municípios, essa que é a discussão. Nós temos municípios aqui que deram a vida a este estado, estão depauperados: Poxoréu, Alto Garças, Torixoréu, Alto Paraguai, Poconé. Depauperados. Os menores Índices de Desenvolvimento Humano, os maiores percentuais de analfabetismo, e a gente vai criar uma taxa aqui em cima da mineração que é feita nos municípios, e em alguns casos na zona urbana, e nós não vamos dividir com os municípios? É inacreditável! Aqui não estamos discutindo majorar tributos, está discutindo se o dinheiro que vai criar essa taxa ficará somente com o estado ou com o estado e os municípios onde a atividade econômica é exercida. É inacreditável!

Durante as eleições, a gente vai aos municípios, a gente sobe nos palanques, bate nas costas dos eleitores e diz que quando matérias pertinentes aos municípios chegarem na Assembleia, nós vamos defender os municípios, porque nós somos municipalistas, porque nós defendemos vocês. E quando chega aqui, a gente vota contra os municípios.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Botelho, é um assunto muito delicado, mas nós temos que respeitar todos os municípios. Eu moro em Sorriso, é o maior arrecadador de Fethab do estado e proporcionalmente ele não recebe nem a metade do que ele produz, muito menos que isso.

Então, eu não vou entrar nesses detalhes aqui, eu acho que a intenção do Deputado Wilson é muito boa, mas é um imposto que está chegando, uma taxa nova.

O Governo do Estado é um governo de credibilidade, Deputado Wilson, você defende, está falando muito bem aí. O governo está repassando muito mais convênios para os municípios, e esses prefeitos que sentirem necessidade, eles podem buscar diretamente com o governo, Presidente Botelho, então não é necessário. Agora, colocar 50% do que nem existe ainda, já vincular num momento que nós estamos discutindo ainda questão de fiscalização... Vou insistir de novo em ciência e inovação, temos que fazer pesquisa, tem todo ainda um critério sendo feito e nós sabemos que tem prefeitos e tem prefeitos. Tem prefeito que não faz nada, nem vem a Cuiabá buscar e fazer um projeto para buscar casa e fazer estrada, tá certo?

Eu encerro aqui, Deputado Wilson, eu tenho um grande respeito por ti, e vou te passar um governo que está devolvendo mais dinheiro para os estados e municípios como nunca teve antes, que é o presidente Bolsonaro. Eu escuto de todo mundo: nunca se arrecadou tanto nos estados e prefeituras como agora. Então, quero parabenizar aí, que está devolvendo dinheiro, sim, dentro do trabalho, mesmo com pandemia e com guerra.

Então, só queria pedir a todos os Deputados que daqui um ano vai ter a revisão e aí nós poderemos discutir com mais clareza, Deputado Botelho, talvez 10%, 20% ou 30%, ou quem sabe lá na frente até os 50%. Agora, acho que não vai ser justo fazer essa distribuição apenas para os municípios que são os detentores das lavras, como é com as outras taxas, a exemplo do Fethab.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerrada a discussão, vamos para a votação. Aqueles que forem favoráveis ao parecer da comissão que rejeitou a emenda permaneçam como se encontram, quem for contra o parecer e a favor da emenda se manifeste.

Com o voto do Deputado Wilson, Deputado Barranco, Deputado Ulysses, Deputado Lúdio e Deputado Claudinei... Deputado Thiago Silva, o senhor está votando, né, Deputado Thiago? Um, dois, três, quatro... seis votos favoráveis. Portanto, a emenda foi rejeitada.

Agora, Deputado Wilson, queria pedir para o senhor, para que aquela Emenda nº 03... a Emenda sua, a nº 02, já ficou prejudicada, então não precisa nem votá-la.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O SR. WILSON SANTOS - Pela ordem, Presidente.

Parece-me que há outras emendas com percentuais diferentes desse proposto por mim, tem Deputado, por exemplo, que não aceita dividir meio a meio, mas aceita 10%, 25%, 30%. Então, ela continua pendente, em minha opinião, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Tá. *Ok.* Então, vamos esperar ver se vota alguma dessas e nós a votamos. Porque não adianta você dar a responsabilidade, sem ter nada.

Próxima emenda.

(FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Emenda nº 05, do Deputado Wilson Santos. “Emenda modificativa ao inciso VIII, do art. 5º, do Projeto de Lei nº 955/2022, que passa a ter a seguinte redação: 0,025 (vinte e cinco milésimos de inteiro) da UPF-MT por grama de ouro.”

Em discussão. Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, vou fazer aqui rapidamente uma conta, o que isso representa na prática, 0,025 x 220,08, que é UPF... Eu estou propondo, senhor Presidente, que para cada quilo, senhor Presidente, de ouro, que custa hoje 270 mil reais, essa taxa seja de 5.520 reais. Para cada quilo, não é para cada grama. Para cada grama que custa 270 reais o grama, o grama 270 reais, um quilo de carne de segunda está na faixa de 20... 22 reais, um quilo de carne 20, 22, 25; um quilo de ouro, 270 mil reais. Eu estou propondo que seja de 5.520 reais essa taxa, senhor Presidente, 0,025.

Por que você se baseia nisso, Wilson? Porque o próprio governo, quando mandou para cá essa mensagem, ele mandou mais do que eu estou propondo aqui, Deputado Ulysses. O governo propôs, está na minha mão aqui, 0,035; a mensagem que está na minha mão, Deputado Cattani, é de 0,035% da UPF, a UPF é 220,80 reais, aproximadamente. Isso daria 7,73 reais por grama, um grama de 270 reais pagaria 7,73 reais. Eu estou propondo menos, estou propondo 0,025, menos do que o governo originalmente mandou.

Por que é que depois veio outro substitutivo e baixou? Porque houve uma reunião na FIEMT, eu não sei o que aconteceu nessa reunião, eu não sei quem convenceu quem. Eu sei que dessa postagem inicial, Deputado Valdir Barranco, que o governo queria 0,035 da UPF por cada grama, eles baixaram para 0,018, depois dessa reunião com a FIEMT. Eu estou propondo um meio termo, nem 0,035 do Governo do Estado, nem 0,018 que os empresários querem. Estou propondo ali no meio 0,025, o que daria 5.520 reais por quilo de ouro, senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Oscar Bezerra.

O SR. OSCAR BEZERRA - Bom, eu não sou líder de governo, mas a orientação é derrubar obviamente um absurdo desse. Porque já está aí no novo projeto o que o governo acatou, que nós ainda temos a emenda para ser discutida, então toca o barco.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, encerrada a discussão, vamos para a votação. Aqueles que forem favoráveis ao parecer da comissão, que rejeitou a emenda, permaneçam como estão, quem for contra o parecer e a favor da emenda se manifeste.

Com um voto do Deputado Thiago Silva, Deputado Wilson Santos, Deputado Lúdio e Deputado Barranco... então, são um, dois, três, quatro votos... Com quatro votos favoráveis, a emenda está rejeitada.

Próxima emenda... Emenda nº 06, do Deputado Wilson Santos. “Acrescenta o § 7º ao Art. 5º, do Projeto de Lei nº 955/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

§ 7º Em contrapartida, o município com atuação mineradora fica obrigado concorrentemente com a União e o Estado a atuar na fiscalização da atividade mineradora e compor equipe de profissionais capacitados para o exercício da atividade.”

O SR. WILSON SANTOS - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - É o mesmo teor da Emenda nº 02, Presidente. Eu gostaria que ela fosse anexada à Emenda nº 02 e ficasse para o final, quando todas as emendas que tratam de percentual para os municípios forem devidamente discutidas e votadas, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, Emenda nº 07, do Deputado Wilson Santos. “Emenda modificativa ao inciso VIII do art. 5º do Projeto de Lei nº 955/2022, que passa a ter a seguinte redação: 0,025 (vinte e cinco milésimos de inteiro) da UPFMT por grama de ouro.”

O SR. WILSON SANTOS - Essa já está prejudicada, ela foi derrotada, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, você repetiu várias emendas.

O SR. WILSON SANTOS - Houve infelizmente a repetição. Vamos para...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Tá bom... Vamos para a emenda nº 08. Não, essa você não pediu destaque, né?

(O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, vamos para a Emenda nº 09, do Deputado Carlos Avallone. Modifica o art. 5º do Substitutivo Integral (PROJETO DE LEI Nº 955/2022). Art. 5º, valor da taxa... da TFRM corresponderá ao resultado da multiplicação dos coeficientes adiante indicados sobre o valor da Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso - UPFMT.

“(…) IX - 0,056 (cinquenta e seis centésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de ferro; (...) XII - 0,25 (vinte e cinco centésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de chumbo; XIII - 0,10 (dez centésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de zinco; XIV - 0,56 (cinquenta e seis milésimos de inteiro) da UPFMT por tonelada de concentrado de minério de cobre; (...)”

Em discussão. Para discutir, Deputado Carlos Avallone... Acho que ele está fora. Deputado Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - Oi, Deputado Botelho. É a Emenda nº 09, né?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim, é a Emenda nº 09.

O SR. CARLOS AVALLONE - Isso. Na realidade, como eu disse, nós estamos colocando aí três vezes o valor do maior estado que nós temos aqui no país para esses três minérios. Então, eu acho que é o bastante, é suficiente isso.

Eu quero lembrar que muitos estão falando dessa arrecadação, mas estão se esquecendo que nós estamos falando de uma taxa, e a taxa existe para uma fiscalização e ela está se tornando, nesses valores que estão sendo aprovados, como uma forma de arrecadação de impostos. E isso, com certeza, levará essas empresas, e quase todos aí, a entrarem na Justiça contra isso, porque vai ficar claro que essa é uma forma arrecadadora, vai se mostrar que os valores são 2.000% em cima do maior estado que faz essa cobrança.

Então, esse tipo de colocação vai inviabilizar, querer receber mais do que o que está sendo cobrado em todos os estados vai fazer com que isso acabe acontecendo e se judicialize; e

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

provavelmente vai cair essa taxa, e o estado vai acabar não recebendo nada. Essa é a minha colocação.

Eu peço que os colegas aceitem esse valor que seria três vezes o valor do maior estado do país, o que seria bastante... neste momento seria importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Oscar Bezerra.

O SR. WILSON SANTOS - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Depois eu passo para o senhor, Deputado Wilson.

O SR. WILSON SANTOS - *Ok.*

O SR. OSCAR BEZERRA - Senhor Presidente, mantendo a coerência do que eu falei aqui anteriormente, o Avallone está certo na propositura, apesar de ter que reconhecer aqui que o estado admitiu o seu erro, porque as taxas eram exorbitantemente maiores do que foram propostas, mas mesmo assim o Avallone tem razão no sentido de inviabilidade de um projeto gigantesco como é o caso da Nexa. Então, fica aqui também o meu registro e o acompanhamento do Oscar Bezerra no voto com relação a essa emenda do Avallone.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, com todo o respeito que eu tenho ao Deputado Carlos Avallone, Deputado aplicado, estudioso, que contribui sobremaneira para o debate desta Casa, mas o que ele faz é uma redução dramática, drástica, daquilo que o próprio Executivo propõe. Então, nós vamos trabalhar contra essa emenda.

E dizer, senhor Presidente, que o setor mineral em Mato Grosso corre solto, corre frouxo, quando o assunto é tributação e meio ambiente. O setor mineral em Mato Grosso precisa ser estimulado, precisa ser incentivado, os minérios precisam ser retirados, mas o Governo do Estado e a União não conseguem sequer, senhor Presidente, acompanhar os garimpos ilegais, não conseguem.

Senhor Presidente, encaminho contra essa emenda, ela reduz drasticamente os coeficientes que o próprio estado estabelece, senhor Presidente. Dizer que cinco mil reais num quilo de ouro, dizer que 71 reais numa tonelada de um minério importante vai quebrar a Nexa, vai quebrar a Votorantim, coisa parecida, é piada, né? É piada, é brincadeira o que está acontecendo! Então, eu quero encaminhar, senhor Presidente, para que nós rejeitemos essa Emenda nº 09.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina Riva.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Presidente, só queria encaminhar que nós não estamos votando aqui pelo grupo Nexa, né? O grupo Nexa nos disse o seguinte: olha, nós temos mais duas plantas, mas havendo essa modificação, não vamos mais investir em Mato Grosso. O que é natural. Então, o que o Deputado Avallone está sugerindo aqui, ele está sugerindo três vezes mais do que o estado que mais cobra no Brasil. Essa é a proposta do Deputado Avallone. É que aqui no caso nós temos só um exemplo para utilizar, e a gente volta e meia fica falando, mas aqui nem eu nem o Deputado Oscar e nem o Deputado Avallone, pelo menos falo pelo que nós conversamos ontem, nós nem conhecemos quem é o representante do grupo Nexa aqui, nenhum de nós tem conhecimento.

Agora, que foi um investimento importantíssimo na cidade de Aripuanã, foi. Importantíssimo, de mais de dois bilhões de reais. É por isso que eles merecem o nosso respeito como investidores no Estado de Mato Grosso, por isso que vou encaminhar favoravelmente à proposta do Deputado Avallone.

Obrigada.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, só para encaminhar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Esses grupos sempre fazem essas ameaças e nunca saem; e, se saírem, tem um monte de grupo na fila que quer entrar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, senhor Presidente.

Só para tentar colaborar com a discussão.

Enquanto nós conversávamos ali atrás na reunião de líderes, alguém perguntou: “Uai, mas você sabe o que é manganês? Você sabe o que é zinco?” Pois é, nós que plantamos batatinha, mandioca, senhor Presidente, nós sabemos. Nós precisamos do manganês, nós precisamos do zinco, assim como precisamos do calcário. É basicamente a mesma coisa, é para fazer fertilizante, apesar de ter outras colocações para esse minério.

Então, novamente, a questão é exatamente a mesma do calcário, você vai encarecer no final a agricultura, e com isso você vai encarecer o alimento. E volto a repetir aqui, quem paga o imposto é sempre quem compra o produto final, não é quem produz ou quem comercializa, senhor Presidente. Então, eu também quero aqui deixar um pedido a todos que rejeitem também essa emenda.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Bom, então, ninguém mais para discutir, vamos à votação. Aqueles que concordam com o parecer da comissão permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Dois, três, quatro, cinco.

(FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Com cinco votos favoráveis à emenda, e os demais contrários, a emenda está rejeitada.

(O SR. GILBERTO CATTANI FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim...

(FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, eu contei. Seis. Deputada Janaina, Deputado Oscar, Deputado Carlos Avallone, Deputado Dilmar, Ulysses e Cattani. Seis, está rejeitada.

Emenda nº 10. Adivinha de quem? Do Deputado Wilson Santos. (RISOS)  
“Acrescenta o § 6º ao Art. 5º do Projeto de Lei nº 955/2022.

§ 6º 25% (vinte e cinco por cento) do produto arrecadado...”

(O SR. PRESIDENTE E O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA DIALOGAM.)

O SR. WILSON SANTOS - Emenda nº 10, senhor Presidente? É um novo percentual, senhor Presidente. E não foi só o Deputado Wilson Santos, foi um conjunto de Deputados que apresentou essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Segundo a orientação aqui da nossa assessoria... está dizendo que ela já está prejudicada.

O SR. WILSON SANTOS - Mas por que, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não, não sei...

(FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. WILSON SANTOS - Não é a mesma, senhor Presidente. Nós estamos propondo outro percentual, é diferente, a emenda é diferente, não é o mesmo valor.

Deputada Janaina, não é a mesma emenda, não é a mesma emenda. A primeira foi 50% para os municípios, foi rejeitada, eu respeitei aqui democraticamente a decisão do Plenário. Agora é outra emenda, que propõe 25% aos municípios. Não tem nada a ver, outro assunto, outro montante, outro percentual.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos dar uma olhada aqui, Deputado, eu vou analisar aqui.

O SR. WILSON SANTOS - Aí teve duas emendas similares que eu fui o primeiro a dizer ao senhor para anexar, aquela emenda que trata sobre exigir do município uma contrapartida à parte da taxa que ele receberá. Mas esta aqui muda de 50% para 25%. E tem outra, que não é minha, que apresenta ainda outro percentual. São percentuais distintos, por isso elas foram numeradas de forma distinta. A proposta é diferente, Presidente.

Dá um copo de água com açúcar aí para o nosso consultor.

Está nervoso à toa, Zé Domingos. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Olha, Wilson, eu realmente estou meio em dúvida aqui. Vamos votar a do Max, depois nós votamos a sua.

O SR. WILSON SANTOS - Em dúvida, *pro reo*, Presidente. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Hã?

O SR. WILSON SANTOS - Em dúvida, *pro reo*.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não, nós vamos...

O SR. WILSON SANTOS - É um termo jurídico.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Enquanto termina a análise aqui, nós vamos votar a do Max, está bom?

O SR. WILSON SANTOS - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Emenda nº 12.

O SR. MAX RUSSI - Obrigado.

Vai votar a 12, Presidente?

Então, Presidente, eu fiz uma emenda aí tentando acordar com os Deputados, defendendo, como o Deputado Wilson falou aqui que os Deputados são todos municipalistas nesta Casa, colocando um percentual para os municípios.

E, não havendo entendimento, como não houve na emenda do Wilson, porque também não seria simplesmente aprovar aqui nesta Casa, teria ainda o veto do governo ou a sanção, fizemos uma emenda que eu acredito que, havendo um entendimento aqui desta Casa... que existe uma discussão se essa taxa pode ser repassada uma parte aos municípios ou não, de 10%.

Então, eu acho que é uma emenda, Presidente, que tem condição de a gente ter um consenso desta Casa, que tem condição de a gente buscar um consenso e uma sanção junto ao governo.

O governador está de parabéns pelo projeto que ele envia, por essa discussão, a Assembleia debatendo bastante, ajustando, esse um ano aí de prazo para a gente poder analisar e ver onde precisa estar calibrando isso, e eu coloquei, Dilmar, 10%. E eu gostaria muito de contar com o seu apoio, com o seu voto, com a sua ajuda. Estava consensuado que isso estaria dentro do substitutivo, até acreditei que estaria dentro do substitutivo, mas não veio. Entendo, e por isso que pedi o destaque. Eu acho importante neste momento que nós estamos criando essa nova contribuição ao Governo do Estado, através da mineração, que também sejam atendidos os municípios de Mato Grosso com um índice... Eu tenho certeza de que o Governo do Estado vai trabalhar, e a gente tem condição de trabalhar a sanção e garantir para que nesse um ano a gente possa fazer um debate maior, uma discussão maior e calibrar esse projeto como já foi discutido neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Valmir Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO - Presidente, pela importância dos municípios e a participação que o município tem nesse projeto, quero parabenizar tanto o governador por ter mandado essa taxa do Fethab quanto o Deputado Max, por estar sempre do lado dos municípios, como eu também estarei.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Já quero antecipar o meu voto aqui, que vai ser favorável a essa taxação de dez (10%), porque eu vivi na pele ser prefeito de município que tinha uma mineradora que se chamava Yamana Gold. Eu sei o quanto a saúde, a educação precisa ser adequada, ainda acho dez (10%) uma taxa mínima, mas como aqui nós estamos todos no primeiro ano para adequar, e eu acredito que essa taxa, no ano vindouro, vai ser bem melhor do que dez (10%), e a gente vai estudar isso ao longo do... (INCOMPREENSÍVEL) Então, eu vim aqui manifestar publicamente o meu voto a essa emenda do Deputado Max.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Wilson, primeiro, lá; depois vou concluir aqui.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson.

O SR. WILSON SANTOS - Confesso que fiquei até emocionado aqui com o Deputado Valmir e Deputado Max. Já sinto aqui que os municípios não vão sair aqui com as mãos vazias. Estamos entre os 10% do Max, que é um municipalista de mão cheia, histórico, foi prefeito de Jaciara, sua esposa hoje é prefeita de Jaciara, não sei se lá há exploração mineral. Deputado Moretto também foi meu colega, fomos prefeitos, lá de Nova Lacerda, hoje representa todo aquele oeste mato-grossense, tem uma base fantástica ali, voltou a esta Casa com mais de 30 mil votos.

Já é um suspiro, já é um alívio! Eu propus inicialmente 50%. Eu entendo que se fosse governador, quis até ser governador, tentei ser, mas não passei... 50%. E o Max propôs 10%. Então, vamos ficar no meio termo, senhor Presidente, nem os 50% de Wilson nem os 10% do Max, vamos ficar com 25% para os municípios.

Eu deixo então essa minha sugestão, que nós votemos primeiro a proposta dos 25%, para que os municípios possam ter pelo menos 1/4 para reparar muita coisa, muitas despesas, que nem o estado nem... tampouco alguns maus empresários deixam de cumprir com as funções. Alguns. Nós temos em Mato Grosso, inclusive, alguns empresários da área mineral que já receberam premiações internacionais. Eu já disse isso aqui há mais de ano na CPI, orgulha a gente. Temos aqui minerador em Mato Grosso que já foi premiado internacionalmente com prêmio europeu, da Suíça, numa demonstração de que está no caminho certo. Nós não generalizamos as coisas, não.

Mas 25% está de bom tamanho, que é justamente o percentual que sempre foi do ICMS, 25%, Max. Não tem por que baixar para dez. Dez (10%) é o dízimo! Quão pequeno é isso? Apenas 10, de cada 10 só 1, de cada 20 só 2! Por que não 25% - a favor dos municípios -, que sempre foi a alíquota do ICMS.

O SR. MAX RUSSI - Presidente, eu fui citado aí pelo Deputado Wilson, eu senti um tom sarcástico aí nele; eu, juntamente com o Deputado Moretto, que já foi prefeito assim como eu.

E, Wilson, nós estamos trabalhando, eu tenho certeza de que os prefeitos que me acompanham sabem do trabalho municipalista que eu tenho, de presença de emendas nos municípios, junto, defendendo as pautas, e os prefeitos sabem muito bem, e eu fui prefeito, tive a oportunidade também. Muito mais do que uma vitória dentro da Câmara ou dentro do Parlamento, é isso se concretizar em algum recurso novo lá no município. Entre nós buscamos aquilo que não vamos conseguir e buscamos algo para os municípios, eu vou defender algo concreto, algo que chegue na ponta e algo que represente recursos nesse próximo um ano aí, quando nós teremos a oportunidade novamente de debater esse projeto.

Então, foi essa a intenção do projeto, quando apresentei essa emenda, não tinha visto que você tinha apresentado, mas busquei uma emenda que teria condição de buscar a chancela do governo, a sanção desse projeto, do que eu trabalhar um projeto... Eu poderia fazer uma emenda

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

aqui e dizer: “Olha, 100% para os municípios, sou municipalista, 100%, tudo para os municípios” e não ter sucesso na minha empreitada.

Então, a intenção foi a melhor possível para tentar realmente colocar o mínimo lá na conta dos municípios sem que trouxesse problema nenhum ao estado.

O SR. WILSON SANTOS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Pela ordem, Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Regimentalmente, eu solicito a Vossa Excelência que cumpra o Regimento, a minha emenda de 25% para os municípios é a de nº 10, ela é anterior à emenda do Deputado Max. Que ela seja votada, porque se votar a do Max primeiro a minha fica prejudicada. Então, o Regimento estabelece que tem que cumprir a ordem cronológica,

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Presidente, questão de ordem, já; Presidente, aí nós vamos virar uma bagunça esse trem aqui.

Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Pode... Concede-me, Dilmar?

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Pode, manda bala aí.

O SR. GILBERTO CATTANI - Presidente. Presidente. (PAUSA)

O SR. DILMAR DAL BOSCO - É para ele prestar atenção em você?

O SR. GILBERTO CATTANI - Não, só para escutar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Pode falar, vamos falando.

O SR. GILBERTO CATTANI - Senhor Presidente, na verdade, a cronologia das emendas já saiu de campo quando o próprio Deputado Wilson pediu para votar umas depois das outras, e quando foi votada a emenda do Deputado Max foi um consenso de todos os Deputados.

Então, eu não vejo aí, como o Plenário é soberano, eu não vejo nada fora de ordem do Regimento Interno. E agora também nós já não estamos mais em discussão, o senhor deu o parecer que está em votação. Então, essa discussão que foi feita, daí para cá, toda ela é nula, diante do próprio Regimento que o senhor é escravo, não é?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - É... (RISOS) Na verdade, houve uma confusão aqui em relação à emenda do Wilson estar prejudicada por um... na verdade, ela não está prejudicada, por conta da outra emenda dele que foi rejeitada.

Mas eu vejo assim, já houve um consenso aqui em torno de 10%, então vamos votar a emenda do Wilson, rejeitá-la e depois aprovar a de 10%, não tem nada a ver. Mas vamos cumprir o Regimento e seguir a ordem cronológica.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, eu não tenho tanta confiança assim que essa emenda vai ser rejeitada. Então, eu agradeço a Vossa Excelência se colocá-la em votação, pelos 25% para os municípios, acredito que os Deputados vão votar pelo melhor para os municípios.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - O senhor vai pôr em votação, eu vou pedir para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não... Não, eu estou falando, eu estou seguindo o Regimento e a ordem cronológica. Nós que erramos aqui, o Zé fez uma orientação que ela estava prejudicada, e realmente ela não estava prejudicada por conta da outra que foi rejeitada.

Então... Agora nós já combinamos aqui todo mundo, já houve um consenso de ficar 10%. Então, vamos cumprir o Regimento, rejeitar a emenda dele e aprovar a de 10%.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Mas eu só queria aqui, como eu sou mentiroso, eu só queria informar aqui que a Agência Nacional de Mineração mandou para mim aqui, o prefeito

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

está ali, já que ele falou que não foi... Poconé recebeu 11.217.580,98 reais, informação da Agência Nacional de Mineração; Peixoto de Azevedo...

O SR. WILSON SANTOS - Mas recebeu de que, Excelência? CFEM? O senhor falou de CFEM, eu disse que não foi de CFEM.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Ele recebeu do minério, está aqui...

O SR. WILSON SANTOS - Ah, o senhor tem que falar completo, recebeu de CFEM e IOF, Excelência.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Está bom, você está questionando aí, se ele não recebeu. Pedi para ele, o senhor recebeu alguma coisa do minério?

O SR. WILSON SANTOS - Eu questionei que não foi de CFEM.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Então, pronto. Agora tu queres pôr mais recurso...

O SR. WILSON SANTOS - Dívida, Excelência. CFEM é uma coisa, IOF é outra.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Só estou passando a informação, depois vou para o senhor.

O SR. WILSON SANTOS - E quando vai para a exportação não fica nada.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Isso aqui, Presidente, eu vou falar para ele para que que é isso aqui, vou ler para Vossa Excelência, para Vossa Excelência pegar aí.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Acho que essa discussão é irrelevante.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Eu pedi para o prefeito se era do CFEM. Ele falou “não é”, eu não recebi 11 milhões de reais. São 11 milhões e 208 mil que vem do CFEM, veio para a prefeitura. Pronto! O senhor quer que põe de outro lugar?

Então, eu só queria aqui, Presidente, o encaminhamento se vai votar a emenda do Wilson Santos dos 25%. Como nós já conversamos, falei antes ao Deputado Nininho, ao Deputado Max, liberar os 10% então para a votação, vamos votar contra; a orientação do governo é votar contra a emenda que está pedindo destaque de 25%.

O SR. WILSON SANTOS - Contra os municípios?

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Não, contra a sua emenda de 25%.

O SR. WILSON SANTOS - Contra os municípios. A minha emenda é 25% para os municípios. Vossa Excelência está orientando votar contra e votar o mínimo para os municípios. Tem que deixar claro, Excelência, porque amanhã, depois, essa notícia vai chegar lá, e o senhor vai ficar nervoso. O senhor está defendendo aqui o mínimo para os municípios, se depender do senhor, eu acho que até não ia nada.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Botelho, só manifestar aqui que, no destaque do Deputado Avallone, eu levantei a mão aqui também, tá? Então, eu só peço que conste aí o meu voto a favor do destaque do Deputado Avallone.

E aí, como já foi consensuado, conforme o Deputado Max falou, é melhor nós ficarmos com 10% do que com nada. E nós temos um ano para ajustar tudo isso. Então, contem com o meu apoio.

(O SR. PRESIDENTE, O SR. MAX RUSSI E O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA DIALOGAM - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Então, vamos para a votação. Aqueles que aprovam o parecer da comissão, rejeitando a emenda do Deputado Wilson Santos, permaneçam como estão.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

O Deputado Thiago... eu não sei se o Deputado Thiago está pedindo a palavra ou se está votando. Mas eu vou zerar ele, zera ele aí. Depois ele levanta a mão.

Vamos agora abrir a votação. Aqueles que concordam com o parecer da comissão permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. Com um voto, dois, três, quatro...

O SR. WILSON SANTOS - Deputado Nininho está votando...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Cinco, seis, sete...

O SR. WILSON SANTOS - Deputado Eugênio também. E no painel ainda, Presidente, tem mais algum?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Oito.

O SR. WILSON SANTOS - Então passou...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Oito, nove, dez; dez votos contrários, a favor da comissão.

O SR. WILSON SANTOS - Por um voto, hein, doutor Dilmar?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - A emenda está rejeitada.

O SR. WILSON SANTOS - Uma pena.

(O SR. MAX RUSSI FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. WILSON SANTOS - O Deputado Ulysses também está computando o voto.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Presidente, vai ficar liberado o som para todos nós? O senhor já votou, já determinou, vamos para outra, para a gente seguir o trem andando aqui.

O SR. WILSON SANTOS - Calma, Deputado Dilmar, calma!

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Você perdeu, aceita; perdeu, aceita!

O SR. WILSON SANTOS - Eu perdi tudo, só que eu e os municípios que perdemos esta noite aqui. Eu queria ganhar e os municípios...

(FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Emenda nº 11, do Deputado Wilson Santos: “§ 4º Enquanto não iniciada, comprovadamente na forma prevista em regulamento, a pesquisa de lavra objeto de autorização expedida pelo Poder Público, incidirá TFRM no valor equivalente a 0,025 (vinte e cinco milésimos de inteiro) da UFPMT por hectare considerada no respectivo título de autorização.”

Em discussão.

O SR. WILSON SANTOS - Para discussão, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Por gentileza, a emenda comigo.

Isso é algo revolucionário na área mineral do estado. Essa emenda, se for aprovada, ela vai provocar uma revolução na área mineral do Estado de Mato Grosso. Por quê? Porque aqui tem algumas pessoas de Mato Grosso, físicas e jurídicas, que arrecadam subsolo, milhares e milhares, dezenas de milhares de hectares, centenas de milhares de hectares e não fazem absolutamente nada, anos e anos, e anos, e anos. E nós estamos propondo agora que essas pessoas, enquanto mantiverem essa área inativa, paguem por isso.

Vou ler a emenda. Enquanto não iniciada, somente em áreas em subsolo não explorado, Deputado Sebastião, seu voto vai ser decisivo. Enquanto não iniciada, comprovadamente na forma prevista em regulamento, enquanto não iniciada a pesquisa de lavra, objeto de autorização pelo poder público, incidirá a taxa no valor de 0,025 (vinte e cinco milésimos de inteiro) da UPF por hectare. Isso dá aproximadamente um pouquinho mais de cinco reais. Isso aqui dá 5,20 reais, 5,25 reais aproximadamente no respectivo título de autorização.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Por exemplo, você tem lá um alvará para explorar um subsolo de mil hectares, se você não inicia a exploração, você vai pagar 5 mil reais por ano por não ter feito a iniciação da exploração. Porque aqui tem gente, Deputado Valdir, que tem mais de 100 mil hectares, arrecada da sua fazenda, do seu sítio, sem você saber, e não faz nada, fica ali especulando com aquilo, aguardando não sei o quê.

Então, nós estamos propondo taxar essa inatividade. Senhor Presidente, é uma taxinha pequenininha, 5 reais, 5,20 por hectare.

É só isso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. OSCAR BEZERRA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Oscar Bezerra.

O SR. OSCAR BEZERRA - Senhor Presidente, colegas Deputados, é imprescindível que vocês se atenham a uma questão.

Primeiro, não vou nem precisar disso aqui, porque eu já falei nas discussões da inconstitucionalidade dessa taxa. Isso aqui vocês estão abrindo um precedente para o setor mineral, e qualquer um que entrar na Justiça, derrubar. Porque o subsolo quem determina é a União, não são os estados que regulamentam o subsolo, é muito claro isso aí, a não ser que mude lá em cima. Entendeu?

E outra coisa, o que Wilson está propondo aqui é 5 reais, mas pelo jeito, pelo que eu entendi... isso é anual ou mensal? Porque essas pessoas que têm o subsolo já pagam uma taxa de 3,90 para a ANM - Agência Nacional de Mineração. Quer dizer... Poxa vida! Eu não consigo entender, está querendo abrir brecha para derrubar a legislação? Se for, vamos votar então que consequentemente vai derrubar todo o projeto. Eu acredito que tinha que suprimir definitivamente isso aí, porque está totalmente irregular, mas fica aí a critério dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Só para contribuir aqui, professor Eduardo Botelho. Parece ser uma coisa boa, porque no nosso país a gente é dono do solo, né? E para os mineradores, quando eles vão minerar, ele utiliza o subsolo e tem que pagar os *royalties* para quem registrou antes dele, mesmo que seja na própria propriedade dele.

Então, é uma coisa boa. Porém, o Deputado Bezerra tem razão, quando ele fala que não é da nossa alçada, eu concordo com ele. Eu acredito que se nós aprovarmos essa emenda, como está, vamos estar aqui agindo inconstitucionalmente, e isso abre uma brecha de derrubar toda a lei. Então, por mais que pareça ser uma coisa boa, e deveria ser feito, mas tem que ser feito pela União e não por nós.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. VALDIR BARRANCO - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Presidente, eu vou advogar aqui pela votação em prol da emenda do Deputado Wilson Santos.

Veja bem, o que o Deputado Wilson Santos traz aqui nessa emenda é algo muito inteligente. Quantos milhares de hectares de terra nós temos que as pessoas sequer sabem que há registro de lavra mineral por alguém ou por alguma empresa, que na maioria das vezes sequer é do nosso país? É de outros países. E eles fazem um registro, e eu entendi muito bem, e deixam *ad aeternum*, o dia que eles quiserem, eles vão explorar. Para que é que eles vão ter pressa se eles não estão pagando nada por isso?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Então, o que se propõe aqui, e aí a gente não tem que vir aqui com essa questão do vício de iniciativa, se é constitucional ou não, porque quantas outras matérias nós votamos aqui e depois temos veto, porque o governo alega vício de inconstitucionalidade? Portanto, nós não devemos nos ater a isso, mas, sim, votarmos a favor, porque aí quem está sentado em cima dessa licença vai ter que... ou ele explora e gera dividendos para o estado, para o município, para o país, para a sociedade, ou ele paga, mesmo que seja pouco, mas esse pouco vai contribuir com o município, com o estado, com o país, com a sociedade.

Então, Deputado Wilson Santos, parabéns! Eu acho que é isso que a gente espera também do ITR. O ITR no nosso país precisa nacionalmente ser rediscutido, nacionalmente ser discutido, e aqui não pelo vício da inconstitucionalidade, mas advogo em favor de que nós votemos e aí depois nós vamos discutir se é ou não é constitucional, até porque é algo que vai trazer benefícios para o Estado de Mato Grosso. Chega dessa gente! Chega dessa gente que fica lucrando... E às vezes quem está na própria porção de terra sequer sabe que essa lavra licenciada existe.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para encaminhar, Deputada Janaina Riva.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Presidente, isso não existe em lugar nenhum do Brasil. Que é isso? Nós queremos espantar todo mundo aqui de Mato Grosso? É esse o objetivo? “Ó, minerador, procura outro estado, porque aqui você não é bem-vindo, aqui você não presta, aqui você não é bom, aqui tudo o que você tem é ruim!” Uai, que história é essa? Não existe isso aí no Brasil, sem precedente!

O Deputado Oscar discursou aqui e falou a verdade. O valor é exagerado! Colocaram ainda um de um real. Eu concordo com o Deputado Oscar, é inconstitucional, mas tudo bem, um real, agora cinco reais? Olha o valor absurdo que isso aí vai dar, Presidente?

Então, não tem cabimento uma coisa dessas.  
(FALAS SOBREPOSTAS)

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - E olha só, aí está mensal, cinco reais, tá? O projeto do substitutivo do governo diz um real anual. Para você ver o que dá votar no afogadilho, aí vira essa baderna aqui, cinco reais mensal.

O SR. WILSON SANTOS - Deputada, é anual; é anual, cinco reais anual.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - O líder está dizendo que sua emenda é mensal.

O SR. WILSON SANTOS - O líder, o líder... mais uma vez, não quero polemizar.

(RISOS)

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - De toda forma, Presidente, só encaminhar o voto contra a emenda. Só isso, Deputado Wilson.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Para encaminhar, Presidente, para encaminhar, surgiu uma dúvida, eu sou o autor da emenda e quero esclarecer, agora ou depois de outro colega, mas eu quero encaminhar.

Senhor Presidente, eu vou pegar aqui um exemplo factível. Alguém que requereu mil hectares de subsolo em Mato Grosso, e ele simplesmente nunca tocou nesse subsolo, está lá inativo, nós propomos que ele passe a pagar uma espécie de um aluguel anual, cinco reais x mil hectares, dá cinco mil reais por ano. Se você dividir cinco mil reais por doze meses, dá quatrocentos e poucos reais por mês, para ele manter aquele alvará inativo, senhor Presidente.

Chega! Aqui tem gente que tem mais de cem mil hectares e não toca na área, não toca na área, está vivendo de especulação. E muitos vendem isso, fazem negócio com isso, em cima

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

de áreas que não são deles. Há todo um esquema, uma máfia disso daí; se nós passarmos a tributar, mesmo que seja minimamente, nós vamos começar a colocar respeito nessa questão em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Só para encaminhar, Presidente. Como o Deputado Wilson já foi para o encaminhamento, eu também vou encaminhar para não acatar essa emenda, e na redação que foi feita ao substitutivo, inclusive colocou bem claro na lei aqui para que o pagamento seja anualmente.

Então, que será cobrada anualmente a contribuição, até porque senão nós vamos começar agora a colocar todas as taxas no estado... No Brasil inteiro, não é cobrado. E eu tinha a preocupação inclusive, que era o Art. 4º, e agora está no Art. 5º... no § 5º, do substitutivo, e que coloca que será cobrado anualmente.

Então, eu vou defender, até porque já estamos cobrando alguma coisa, e aqui como nós colocamos, a pedido de vários colegas, a revisão já no final de 2023, se nós errarmos aqui nós podemos fazer o conserto dessa cobrança inovadora do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, vamos para a votação. Aqueles que concordam com o parecer da comissão que rejeitou a emenda permaneçam como estão, quem for contra o parecer se manifeste.  
(FALAS SOBREPOSTAS E CONTAGEM DOS VOTOS - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - A emenda foi rejeitada.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, só uma questão de ordem.

Foi aprovada então essa taxação. O que nós apenas propusemos...  
(ORADOR NÃO IDENTIFICADO FALA COM O SR. WILSON SANTOS)

O SR. WILSON SANTOS - Sim, o texto original propunha 0,005, a minha emenda aumentava de 0,005 para 0,025, está aprovada. Então, a partir de agora - parabéns, governador, parabéns! -, está criada uma taxação sobre as áreas inativas do subsolo em Mato Grosso. O que nós votávamos aqui era se seria x ou y, mas a substância está aprovada, isso vai mudar o perfil da mineração em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Isso mesmo.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Então, eu quero também dar os parabéns ao Deputado Wilson Santos que propôs, mas aqui a maioria manteve pelo menos a cobrança, mas anual, e não mensal, e assim...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Emenda nº 12.

Muito bem, Deputado.

Deputado Max Russi... 10% da arrecadação da TRFM para o município.

(EMENTA COMPLETA: ART. 1º ACRESCENTA O § 5º AO ART. 5º DO PROJETO DE LEI Nº 955/2022, QUE PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: § 5º 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA ARRECADAÇÃO DA TFRM DEVERÁ SER REPASSADO, MENSALMENTE, AOS 141 (CENTO E QUARENTA E UM) MUNICÍPIOS, MEDIANTE CRITÉRIOS A SEREM DEFINIDOS EM REGULAMENTO A SER EDITADO PELO PODER EXECUTIVO.)

O SR. MAX RUSSI - Presidente, só para complementar aí, já foram reprovadas as duas, eu acho que essa a gente... E eu quero pedir o apoio do senhor aí, municipalista que é, do líder do governo, Deputado Dilmar, para nós conseguirmos, junto ao governo, a sanção, porque não adianta a gente aprovar, por menor que seja, se a gente não conseguir lá. Eu acho que o governo tem que se sensibilizar nisso, é um avanço do governo Mauro Mendes, e se contar com todos os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.

---

Deputados eu acho que a gente consegue, Presidente, com a sua força e toda a articulação aprovar e garantir pelo menos esses 10% aos municípios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Está combinado aqui.

Para discutir, Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DR. EUGÊNIO - Só vou ratificar aí as palavras do Max. Realmente é extremamente importante para os municípios, esses 10% vão fazer a diferença para os municípios onde são explorados os minérios, e nós, como nós dissemos várias vezes que somos municipalistas, com certeza, essa é a hora de a gente poder fazer essa diferença, aprovando essa emenda dos 10% aí para ficar para o próprio município.

Como se vê, lá em Nova Xavantina, por exemplo, lá hoje está explorando, Deputado Sebastião Rezende, 140 quilos de ouro por mês, que saem das jazidas de Nova Xavantina. E com certeza vai ajudar a administração municipal a oferecer uma melhor saúde, uma melhor educação, também para os funcionários dessa empresa sul-africana que explora o minério lá no município de Nova Xavantina. Apenas como exemplo para a gente ver a importância desses 10% que serão destinados então para os municípios.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Para encaminhar, já vou para o encaminhamento.

Senhor Presidente, minha mãe dizia, minha mãe, uma semianalfabeta, uma mulher, uma migrante, que criou praticamente sozinha cinco filhos, nos criou com muito rigor, com muita simplicidade. E ela dizia: “meu filho, é melhor pingar do que faltar”. O nosso desejo, prefeito Tatá e demais prefeitos, era fazer na prática o que a gente fala nos comícios, nos arrastões, nas praças públicas, de que nós somos municipalistas. Não foi possível, tentamos 50%, meio a meio, tentamos 25%. Não deu. Mas está aí estabelecido 10%. E abre uma porta para que a gente continue conversando, a partir dos próximos anos, quem sabe convencer o Plenário de que é possível. Eu penso que foi uma vitória importante do movimento municipalista.

Parabéns a Vossa Excelência que permaneceu aqui, a tarde inteira, a noite inteira, já são quase dez da noite. E eu tenho certeza de que esses 10%, dentro, guardadas as devidas proporções, montar gerência de fiscalização, a contratação de pelo menos um geólogo ou um engenheiro de minas para a gente começar a melhorar a fiscalização naquela região.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Allan Kardec.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Deputado Botelho, demais Deputados, eu gostaria de participar, que estou junto com vocês *on-line* aí, já são sete horas de sessão ininterrupta, daqui a pouco nós estamos batendo o recorde daquela sessão que varou a madrugada.

Parabenizo o Deputado Max, Deputado Wilson, com relação aos 10%, lembrando que nós precisamos ter esse diálogo com o Governo do Estado. Então, o nosso líder Dilmar e obviamente o Botelho, eu estou na Mesa Diretora, esses 10% farão uma diferença muito grande nos municípios. Em Santo Antônio de Leverger, nós temos também dois garimpos, um grande, eu acho que vai dar para a gente ter uma arrecadação importante para o município.

Agora, o que o Wilson Santos falou é de extrema importância, os municípios precisam se organizar com relação a sua equipe de fiscalização, tanto na questão do geólogo, quanto também em toda a parte de agentes fiscais, não só para a mineração, mas para todos os outros tributos que o município possa ganhar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Só para dizer que eu estou de olho aqui, estou acompanhando, e acredito que o Governo do Estado vai aprovar esses 10%.

Valeu, Botelho.

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, esse 10% foi bem conversado aqui...

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Não, Presidente, só quero parabenizar o Deputado Max e o Deputado Wilson, também, pelo debate importante, mas a emenda do Deputado Max agora que possibilita 10% de repasse para os municípios do Estado de Mato Grosso, ela também, assim como o projeto, é experimental, nós vamos começar agora a sentir quanto vai ser arrecadado, nós não temos ainda, prefeito Tatá, convicção do valor. Então, quer dizer que já daqui a um ano pode ser ajustado, isso também pode ser revisto. Então, é um começo também como nós gostaríamos que fosse com a contribuição, que começasse assim, do menor, e depois a gente fosse - né, Deputado Oscar? - adaptando.

Então, quero parabenizar aqui os Deputados, dizer que é importante; Deputado Wilson, parabéns para Vossa Excelência, é sempre uma aula te acompanhar aqui na Assembleia, nem sempre a gente concorda, mas o respeito por Vossa Excelência é enorme, e agora com certeza com esses 10%, e agora estabelecendo as alíquotas, Presidente, votadas hoje, nós podemos rever esse valor no próximo ano, e aí com o tempo hábil, dos prefeitos construir junto ao governo uma articulação maior, Tatá. Porque também o governador com a esposa internada, a gente não conseguiu, Presidente Botelho, discutir Fethab, discutir mineração. Então, às vezes agora, nesse prazo de um ano, e do Fethab em quatro anos, os prefeitos têm esse tempo para construir um repasse maior.

Secretaria de Serviços Legislativos Mas parabéns aí a todos os envolvidos, contem com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina, agora que se articule com os Deputados - né, Deputada Janaina? -, que esta Casa aqui não precisa de autorização de ninguém para fazer as suas aprovações. Se ela entender que tem que aprovar, aprova; não precisa de autorização de ninguém. Como essa que nós vamos votar agora dos 10%, e se a Casa entendeu assim, assim será. Não precisa ninguém nos autorizar a votar e nem repassar nada para os municípios, esta Casa é soberana, Deputada.

Então, encerrada a discussão. Vamos para votação. Aqueles que aprovam o parecer da comissão permaneçam como estão, quem for contra o parecer, a favor da emenda, se manifeste.

Se manifestem os Deputados aí, virtual, façam favor de votar, agora precisa do voto. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Por unanimidade, está aprovada a emenda, repassando 10% para os municípios. (FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu sou neutro, não teve, eu não voto... (FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu sou neutro aqui, eu não... não puxo para lado nenhum. (RISOS) Bom, pessoal, a emenda... ainda tem uma emenda aqui, viu, pessoal? A Emenda nº 14.

Emenda nº 14, cadê a emenda? (FALAS SOBREPOSTAS E RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Modifica, olha aqui, essa emenda modifica o inciso VII do Art. 5º do Projeto de Lei nº 955/2022, Mensagem nº 179/2022, que

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º (...) I - (...) VII - 0,012 (doze milésimos de inteiro) da UPFMT por grama de minério de ouro e/ou ouro.”

Essa aqui está abaixando o valor de 0,015 para 0,012.

O SR. OSCAR BEZERRA - Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Oscar Bezerra.

O SR. OSCAR BEZERRA - Senhor Presidente, é importante ressaltar que eu estou aqui na condição apenas de orador da turma de Deputados que têm essa mesma concordância. Nós estamos com a concordância aqui de onze Deputados que assinaram essa propositura, e eu tenho certeza de que alguns que estão fora, como o Avallone, o Allan, como o Xuxu, o Thiago, também têm o interesse de que a gente coloque o mínimo de carga em cima do setor do ouro do Estado de Mato Grosso.

Eu estou aqui na representação desses Deputados todos, no sentido de defender 0,012 de taxação em cima da UPF - Unidade Padrão Fiscal do Estado, que daria uma arrecadação para o Estado de Mato Grosso de 42 milhões de reais com ouro. Ou seja, de zero, praticamente que o estado tem, para 42 milhões de arrecadação/ano.

Então, é muito factível que a gente possa contribuir, sim, com o Estado de Mato Grosso, e com os municípios, já que aprovou agora 10% para os municípios, mas nós temos que ter essa sensibilidade com o pequeno minerador que está lá na ponta, e que muitas vezes acaba sendo prejudicado, muitas vezes com excesso de taxação que é o caso que nós estamos defendendo ao contrário aqui.

Então, eu peço a todos os parlamentares que assinaram, e aqueles que estão *online*, para que a gente faça justiça a essas pessoas tão sofridas que estão lá na ponta, dedicando a sua vida para o sustento das suas famílias, e muitas vezes estão aí tachadas de forma subjetiva, em vários setores, que a vida inteira sempre são os tachados como os que prejudicam, que são criminosos, e isso tudo é mentira. Porque as pessoas que estão trabalhando estão trabalhando com a licença do órgão ambiental e precisam ser, de certa forma, sim, valorizadas e reconhecidas no Estado de Mato Grosso. É por isso que eu defendo a 0,012, a alíquota, senhor Presidente.

Era isso.

O SR. WILSON SANTOS - Para discutir, Presidente. Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Wilson.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, o setor da mineração, vou repetir, é o setor que menos paga tributos neste país e é onde há uma farra generalizada, salvo honrosas exceções. Não há fiscalização, a produção é autodeclarada por quem produz. Ele é quem diz se produziu cinco quilos de cassiterita, de bauxita, de feldspato, de mica, de ouro, de diamante, é ele quem diz, ninguém vai lá para conferir se é verdade.

Aí, quando trouxemos aqui os principais mineradores de ouro de Mato Grosso, Filadelfo Dias, Priminho Antônio Riva, Nei Garimpeiro, os três disseram, está gravado aqui em vídeo e áudio, que é uma farra total, que a sonegação é graça solta no setor da mineração. E quem disse, quem disse não fui eu; Vossa Excelência, Presidente Botelho, estava presente na audiência que a CPI fez, Vossa Excelência estava lá, ouviu de Filadelfo, de Priminho Riva, de Nei Garimpeiro, que o setor sonega, e sonega, e sonega! E a Polícia Federal tem mais de 300 inquéritos sobre descaminho de ouro no Brasil, todos originários de Mato Grosso.

Até quando esse setor vai deixar de contribuir com a sociedade? A sociedade precisa de estradas, de pavimentação, de poços artesianos, de energia elétrica, de educação de qualidade, nós precisamos terminar o hospital de Juína, o hospital de Confresa, o hospital de Tangará, o hospital de Alta Floresta, o hospital central de Cuiabá, o Júlio Müller. E de onde virá o

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

dinheiro? Do setor que menos paga impostos neste estado, e ainda usa o pequeno, o pequeno, para salvar a pele dos grandes, que vieram aqui, como réu confesso, e disseram que, de cada um real que é pago em ouro oficialmente, dez são sonogados. Até quando vamos ficar de costas para isso? Porque são poderosos? São ricos?

Está lá o projeto de código mineral no Congresso, há mais de trinta anos engavetado porque as grandes mineradoras nacionais e internacionais não permitem que vote uma nova legislação para o minério no Brasil. Eles podem muito, são ricos, poderosos, eles compram, eles dobram quem quer que seja... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Eles estão acostumados, senhor Presidente, a um tipo de conversa que eu não aceito, eu na navego nessas águas, as minhas águas são outras, de defender o municipalismo de verdade, de defender o pequeno, sim!

Nós teremos o momento exato aqui para conversar com as cooperativas, para conversar com os pequenos, senhor Presidente, aqueles que querem extrair o ouro dos dejetos, dos rejeitos, e não é permitido, são proibidos de ter acesso a esse rejeito.

Então, senhor Presidente, não vamos usar os pequenos para salvar a pele dos grandes, e nós não queremos tirar a pele de ninguém, nós queremos apenas minimamente que esse setor poderosíssimo possa também dar uma pequena, uma pequenina contribuição ao crescimento e ao desenvolvimento de Mato Grosso.

Já tem muito setor aqui, senhor Presidente, que paga pouquinho, a Lei Kandir fez bilionários do dia para a noite em Mato Grosso, que não estão nem aí para a periferia, para os que vivem na fila do ossinho, senhor Presidente, quem sabe é esse dinheiro que vai acabar com a fila do ossinho em Mato Grosso. Tenhamos coragem de rejeitar essa emenda do eminente, do nobre Deputado Oscar, que defende o setor mineral, com propriedade; e o respeito muito, mas vamos ficar com o texto do líder, do substitutivo do líder que garante 0,015; 0,015 é o substitutivo do líder Dilmar, contra essa emenda do Deputado Oscar, vamos rejeitá-la, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina Riva.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Presidente, eu quero pedir aos colegas que façam uma análise do que nós vamos votar agora, nós estamos sugerindo, Deputado Lúdio, uma emenda de 0,012, que está acordada com o setor mineral do Estado de Mato Grosso, especialmente, é claro, nós estamos discutindo a taxação imposta ao ouro. Nós conseguimos acordar isso. Isso demonstra, Deputado Moretto, que o garimpeiro lá de Pontes e Lacerda, ele não discorda em pagar, mas ele quer começar pagando algo que ele acha que é menos impactante ao setor. Nós podemos começar agora, com 0,012, e ano que vem rever essa taxa, conforme a contribuição feita pelo setor.

Agora, para que exagerar, Cattani? Para espantar quem hoje está garimpando ouro em Mato Grosso? É isso que nós estamos discutindo. Quarenta e alguma coisa, quase cinquenta milhões, para quem não pagava nada, é muito; ano que vem reajustar isso, conversando com o setor, identificando quem está contribuindo mais, menos, é natural. Esse papo de que não paga imposto, isso é coisa do passado.

Hoje nós ouvimos aqui do senhor Valdinei Souza, que é um dos maiores mineradores do Estado de Mato Grosso, que 90% do setor hoje trabalha legalmente. Nós ouvimos aqui do Deputado Oscar, que é do setor, que as pessoas estão vindo para a legalidade justamente porque o imposto é baixo. Como que nós vamos errar nessa dosagem?

Então, eu queria pedir aos colegas, e quero pedir aqui aos colegas: se manifestem pelas regiões de Vossas Excelências, que estão nos assistindo e depois vão ver esses vídeos. Vamos votar para começar a pagar de paz com o setor. O setor está aqui, os pequenos garimpeiros de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Peixoto, alguns de Poconé estavam aqui. Vamos começar no imposto que seja pacificado com o segmento. É isso o que eu quero pedir, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, meu pai já dizia, e ainda diz: “meu filho, você vai ver coisas”, e hoje na Assembleia Legislativa o que vemos são Deputados defendendo a taxação de um setor, de mais de um setor, na verdade. Quero deixar muito claro que algumas mineradoras que vieram para este estado, com todo o respeito àqueles que defendem a taxação aqui, elas deveriam receber recursos do estado pela geração de emprego. Relatado aqui nos bastidores, que mineradoras estão aqui gerando dois mil empregos em um único município. Nós tínhamos aqui é que estar aqui aplaudindo, e não desincentivando, e não taxando, e não buscando cada vez mais prejudicar o setor. Então, eu venho aqui defender o desenvolvimento.

Falar grosso em tribuna, falar em recursos, recurso é desenvolvimento, recurso é oportunidade, recurso é o ambiente de negócios. Não se arrecada mais aumentando tributos, se arrecada mais facilitando negócios. E é isso que tem que ficar claro no Estado de Mato Grosso. Nós não temos que ir pelos meios mais fáceis, que é taxar aqueles que produzem, nós temos é que dar ambiente de negócios para que eles venham aqui produzir. Uma empresa que gera dois mil empregos merece uma moção de aplausos, e não mais tributos, e não acusações, e não Deputados que sobem em tribuna e tratam essas pessoas como se fossem criminosos. Devemos engrossar a voz aqui pelo progresso, e o progresso é com oportunidade, e não com dificuldade para a empresa que queira gerar emprego e desenvolvimento no Estado de Mato Grosso.

Então, eu venho aqui defender a redução, sim, assim como votei contrário, porque não deveria nem ao menos ter taxado. Então, se há oportunidade de reduzir, manifesto o meu voto favorável à redução.

Obrigado, Presidente. (APLAUSOS)

Secretaria de Serviços

O SR. VALMIR MORETTO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Valmir Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO - Presidente, eu sou de uma cidade chamada Pontes e Lacerda, lá tem pequenos produtores, médios produtores, cooperativa, e uma grande empresa que se chama Apoena, que se chamava Yamana Gold. Essa empresa lá, Deputado Oscar, gera mais de mil empregos, a nossa mineradora Apoena. Temos inúmeras cooperativas lá, que também sobrevivem do ouro.

Esse negócio da taxação é favorável. Já falei aqui mais de mil vezes, mas eu acredito que nós precisávamos encontrar uma saída ainda para isentar, zero, essas cooperativas. As cooperativas não poderiam nem ser taxadas, tinha que ser zero. O nosso garimpeiro também não poderia ser tributado, porque nós desestimulamos o crescimento. Então, eu acredito nisso.

Eu sou favorável, sim, ao desenvolvimento do estado, o desenvolvimento do nosso país, do nosso município, e a mineradora, como qualquer outra atividade, pode ter, sim, algumas pessoas mal-intencionadas, mas garanto para vocês que 99% são de homens e mulheres que vivem dessa atividade, eu queria que algum parlamentar talvez não... que tivesse a oportunidade de ver a vida de um garimpeiro, onde ele mora e onde ele vive, como ele vive, aqui nesse momento.

Eu sei que a grande empresa, ela se organiza, ela suporta qualquer valor que você colocar aqui, até mesmo porque já foi dito aqui por todos os colegas desta Casa que o imposto vai ser pago pelo comerciante, pela população. Então, fica aqui a nossa defesa pela equação desses produtos e pelo bom senso desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.**

---

Não, nós vamos votar, e eu lembro que... só para lembrar que a primeira proposta que veio era 0,035, depois baixou para 0,018, depois para 0,015, e agora essa emenda de 0,012. Então...

O SR. WILSON SANTOS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim, vamos...

O SR. WILSON SANTOS - Só para comunicar Vossa Excelência que acaba de postar no grupo de *WhatsApp* dos Deputados o secretário de Estado chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho Filho, dizendo que a alíquota combinada é 0,018. Só para que a base saiba, o secretário está acompanhando a sessão, e ele acabou de postar no grupo dos Deputados, é só os Deputados acessarem o grupo de *WhatsApp*, que o combinado com o setor mineral foi 0,018. Só para fazer essa...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Essa discussão está encerrada. Vamos para a votação, lembrando que nós tínhamos uma reunião ali e o Deputado Dilmar veio com o substitutivo que foi discutido com os Deputados. Eu estava defendendo 0,018, mas finalmente consensualizaram 0,015, foi aceito. Agora, não tem como também ficar mudando toda hora, né? Então, eu mantenho a minha neutralidade, mas eu peço que votem pela rejeição, porque foi combinado lá 0,015.

Então, aqueles que forem favoráveis ao parecer da comissão que rejeitou a emenda permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Com dois, três votos, quatro votos, cinco votos contrários, seis votos... os demais mantêm o texto original. Foi aprovado. Então, a emenda está rejeitada.

Olha, eu lembro que nós vamos precisar fazer outra sessão, os Deputados estão saindo, nós precisamos fazer a redação final, precisa de outra sessão.

Eu quero votar aqui os requerimentos; requerimento da Deputada Janaina Riva, que está pedindo licença para se afastar por 121 dias.

Então, eu coloco em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Requerimento do Deputado Nininho, pedindo afastamento por 121 dias para tratar de assuntos particulares.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado.

Eu convoco já, eu peço para o Deputado Nininho, que o senhor já está de licença (RISOS) que eu vou convidar o Deputado Pedro Satélite, que ele já tomou posse, para ele vir para a sessão, participar da sessão, para assumir a próxima sessão.

**EXPLICAÇÃO PESSOAL**  
(NÃO HOUVE)

**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu declaro encerrada a sessão e convoco para a sessão ordinária logo a seguir.  
(LEVANTA-SE A SESSÃO)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
TRANSCRIÇÃO DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 17H10MIN.

---

**(COMPARECERAM À SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: CARLOS AVALLONE, DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, DR. GIMENEZ, DR. JOÃO, NININHO, PAULO ARAÚJO, SEBASTIÃO REZENDE, THIAGO SILVA, ULYSSES MORAES E WILSON SANTOS, XUXU DAL MOLIN. BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: PROFESSOR ALLAN KARDEC, DELEGADO CLAUDINEI, JANAINA RIVA, JOÃO BATISTA DO SINDSPEN, LÚDIO CABRAL E VALDIR BARRANCO. BLOCO UNIDOS: DR. EUGÊNIO, ELIZEU NASCIMENTO, OSCAR BEZERRA, GILBERTO CATTANI, MAX RUSSI E VALMIR MORETTO.)**

Revisão: Célia de Almeida Pestana;  
Ivone Borges de Aguiar Argüelio.

